
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

AMANDA SANTANA DELLA LIBERA

**A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS
PROJETOS EDUCACIONAIS DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL**



Rio Claro
2016

AMANDA SANTANA DELLA LIBERA

A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS PROJETOS
EDUCACIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Orientador: Prof. Dr. José E. de O. S. Aragão

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Biociências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro,
para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Rio Claro

2016

658 Libera, Amanda Santana Della
L695p A produção bibliográfica sobre responsabilidade social e
educação no setor empresarial / Amanda Santana Della
Libera. - Rio Claro, 2016
83 f. : il., figs., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro
Orientador: José Euzébio de O. S. Aragão

1. Administração. 2. Responsabilidade social empresarial.
3. Projetos educativos. 4. Educação informal. I. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ajudaram ao longo da minha trajetória e me incentivaram ao longo dessa graduação.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por seu amor imensurável, por todas as bênçãos que tem proporcionado em minha vida e pelo pedido de oração atendido ao ingressar na Unesp como graduanda do curso de Pedagogia.

Agradeço a meu orientador Prof.º Dr.º José E. de O. S. Aragão, pela parceria, auxílio e paciência ao longo desse estudo. A todos os professores que fizeram parte da minha vida estudantil, por terem sido grandes exemplos.

Quero agradecer também a minha família, que é minha base e referência de vida, meus pais Antoninho e Ilma, irmãos Victor e Bruna.

Agradeço ao meu tão amado amigo Alex Oliveira, que por prazer esteve presente ao longo desse estudo, ajudando, amparando e acompanhando cada passo dessa árdua caminhada. Você foi meu alicerce.

Agradeço a toda equipe do Núcleo de Educação Ambiental do Zoológico de Americana, por terem sido inspiração para o início desse trabalho.

E por fim, agradeço a todos aqueles que não foram citados, mas que de alguma forma, direta ou indireta, ajudaram para a conclusão desse estudo.

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar [...] A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer.” (PAULO FREIRE, 1996)

RESUMO

A responsabilidade social empresarial é uma modalidade de investimento, que visa promover relações e contribuições estabelecidas pela empresa para com a sociedade. O surgimento dessa modalidade ganhou forma no ápice da globalização, no momento em que as grandes empresas adquiriram poder em âmbito global com o auxílio da evolução tecnológica, promovendo a redução de distâncias e democratização das informações através das redes de comunicação. Essa evolução trouxe para os dias de hoje uma sociedade moderna e capitalista, onde ao mesmo tempo em que busca-se novidade, ressalta-se também os valores éticos agregados ao consumo, atribuindo à responsabilidade social empresarial (RSE) manifestar ações de caráter ético. A pesquisa tem como objetivo geral, mapear e analisar a temática de responsabilidade social empresarial em periódicos científicos nacionais de educação, utilizando a metodologia qualitativa, de levantamento e análise bibliográfica de artigos científicos. Através do levantamento de dados, foi possível perceber que o campo de RSE voltado para investimentos com enfoques educacionais, não se constitui uma prioridade nas investigações sobre responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social. Projetos educativos. Marketing Social.

Abstract

Corporate social responsibility is a investment model which promotes relationships and contributions established by the company to the society. The emergence of the model took shape in globalization summit, at the time that large companies acquired the power in a global level, with the aid of technological evolution, promoting the reduction of distances and the democratization of information through communication networks. This evolution brought to the world a modern and capitalist society, where, at the same time that a search for the new is happening, it highlights the ethical values aggregated to the consumption, leading the corporate social responsibility (CSR) to start expressing ethical actions. The research has as main goal to map and analyze the corporate social responsibility theme in national scientific periods of education, using a qualitative methodology of survey and literature review of scientific articles. Through data collection, is possible to realize that CSR field leading to educational investments is not a priority in social responsibility investigations.

KEYWORDS: Social Responsibilit. Educational Projects. Social Marketing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de periódicos pertinentes à temática da pesquisa.....	27
Tabela 2: Relação de subtemas por revista.....	31
Tabela 3: Relação de cada subtema com dados percentuais.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Artigos selecionados 2006 – 2015.....25

Gráfico 2: Relação de cada subtema.....32

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Balanço Social pela empresa Romi.....	23
Imagem 2: Balanço Social pela empresa Suzano.....	23
Imagem 3: Balanço Social pela empresa Itaú.....	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEM Associação Brasileira de Educação Médica.

ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

BPC - Benefício da Prestação Continuada.

BVS-Psi ULAPSI - (Biblioteca Virtual em Saúde) - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia.

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CFP - Conselho Federal de Psicologia.

CNI - Confederação Nacional das Indústrias.

CRH - Centro de Recursos.

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce.

DF – Distrito Federal.

EA – Educação Ambiental

EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia.

EPSJV - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

FIESP - Federação de Indústrias do Estado de São Paulo.

GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IES – Instituições de Ensino Superior.

IHL - A Instituição Hebert Levy.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisa Educacionais.

Interface - Comunicação, Saúde, Educação.

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.

ISR - Investimento Socialmente Responsável.

ISSN – Internacional Standard Serial Number.

MA – Maranhão.

ONGs – Organizações não governamentais.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PePSIC - Periódicos Eletrônicos de Psicologia.

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresarias.

PRI - Princípios para o Investimento Responsável.

RAIES - Avaliação Institucional da Educação Superior.

RS – Responsabilidade Social.

RSE – Responsabilidade Social Empresarial.

SE - Sustentabilidade Empresarial.

TAC - Termo de Ajuste de Conduta.

UEM - Universidade Estadual de Maringá.

UFBA - Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

UFF - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

UNEP-FI - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

UNESP - Universidade Estadual Paulista.

UNISO - Universidade de Sorocaba.

USP - Universidade de São Paulo.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 COMPREENDENDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	14
2.1 Formas de atuação Social das Empresas	16
2.2 Incentivo a RSE.....	19
2.3 Responsabilidade e marketing social	21
3 LEVANTAMENTO DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS	25
4 ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1 Educação	34
4.2 Contexto Social	47
4.3 Trabalho	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social empresarial (RSE) é um campo de estudo recente, que embora não seja uma área tão explorada, nos últimos anos vem tomando espaço em pesquisas relacionadas a temática. A responsabilidade social dentro das empresas, emprega-se em ações que visam beneficiar a população, de forma a atingir questões ambientais, educacionais, sociais e/ou econômicos.

Essas ações são decorrentes de investimentos realizados pela empresa, e mesmo que o benefício seja direcionado para sociedade, a própria instituição que está investindo garante a ela incentivos fiscais do governo, além de propiciar a chamada “marketing social”, pois concede visibilidade por apresentar ações responsáveis em favor da sociedade.

O interesse dessa pesquisa, além de levantar os estudos realizados em relação a temática de RSE, é introduzir um diálogo sobre a carreira do pedagogo dentro do campo de projetos educativos em organizações empresariais. Levando em consideração que a formação do pedagogo permite atuar em várias áreas da educação, uma delas relaciona-se a criação de projetos educativos dentro e/ou fora da escola. Assim, ressalta-se a importância de fazer um estudo aprofundado, para que seja possível conhecer algumas produções científicas com o tema da responsabilidade social.

Portanto, esse trabalho tem como finalidade analisar e mapear a temática de responsabilidade social empresarial em periódicos científicos nacionais disponíveis online na plataforma SciELO, entre os anos de 2006 a 2015, e especificamente:

- Catalogar os artigos científicos de Responsabilidade Social Empresarial com ênfase em educação;
- Apontar o crescimento de produções científicas nos últimos dez anos (2006 a 2015);
- Averiguar as discussões realizadas referentes a temática nos artigos selecionados.

Essa investigação realizou-se por meio da metodologia qualitativa, de levantamento e análise bibliográfica de artigos científicos, tendo o interesse de preocupar-se “com a compreensão, com a interpretação do fenômeno” Gonsalves (2007, p. 69), com a finalidade de investigar produções sobre o tema em questão.

A princípio foi feito o levantamento dos artigos na plataforma SciELO e selecionados de acordo com o descritor em palavra-chave “responsabilidade social” e “responsabilidade social empresarial”, em seguida exclui-se os periódicos estrangeiros e a busca foi filtrada pela área de pesquisa “ciências humanas”.

Após essa etapa foi realizado a leitura dos periódicos e selecionados aqueles que associavam-se a temática de educação, posteriormente apresentados em sínteses a fim de compreender suas origens e históricos. Em seguida ocorreu a leitura dos artigos sobre responsabilidade social empresarial, ligados à temática de educação, selecionados conforme a contribuição ao tema da pesquisa.

Dessa forma, no capítulo 2 o trabalho discorre sobre base teórica conceitual, apresentando algumas considerações da temática Responsabilidade Social Empresarial. O capítulo 3 pontua os procedimentos metodológicos, que mostram o levantamento quantitativo dos artigos selecionados, identificando aqueles que foram escolhidos de acordo com a contribuição ao tema da pesquisa. No capítulo 4 é apresentado a análise dos dados e a apuração dos conteúdos presentes nos artigos selecionados. E finalizando com o capítulo 5, que traz as considerações finais deste estudo. O ponto principal desse trabalho é fazer um levantamento bibliográfico sobre as produções de RSE com ênfase em educação, e dialogar sobre a atuação social das empresas para com a sociedade, de forma a apontar que não cabe ao âmbito empresarial limitar-se a realizar investimentos econômicos de interesse individuais, mas também, contribuir com ações socialmente responsáveis, ressaltando questões educacionais, contribuintes para uma educação não-formal.

2 COMPREENDENDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social empresarial (RSE) é um campo de estudo recente, que vem tomando espaço para pesquisas nos últimos anos, sua definição abrange a ideia de lucros pelo investimento dos empresários, e a implantação de ações sociais. Este estudo pretende abordar a relação da teoria e prática, apresentando a discussão histórica do seu surgimento até sua definição atual apresentada por Tenório (2006), que conduz um diálogo a partir dos paradigmas das sociedades industriais e pós industriais:

A abordagem da atuação social empresarial surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Em seguida, com o esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evoluiu, passando a incorporar os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das corporações. Assim, além do filantropismo, desenvolveram-se conceitos como voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social empresarial [...]. (TENÓRIO, 2006, p. 13-14)

O surgimento da RSE foi decorrente ao período em que a sociedade estava na passagem do momento da economia agrícola para a industrial, onde a ideologia que prenominava era o liberalismo¹, fundamentado nas questões de "princípio da propriedade e da iniciativa privada" (TENÓRIO, 2006, p. 14). Porém, o liberalismo apontava que não era papel das empresas promover projetos em benefício da sociedade, por acreditar que essa, era responsabilidade do governo. No entanto, a industrialização transformou a qualidade de vida, intensificando os problemas ambientais e tornando frágil as relações trabalhistas, principalmente por conta dos salários baixos e á mercantilização do ser humano (TENÓRIO, 2006). Houve então, a necessidade das empresas entrarem com ações para solucionar os problemas causados pela industrialização, assim começou as primeiras iniciativas empresariais, atendendo inicialmente para ações que hoje são de caráter obrigatório, como gerar empregos, lucros e cumprir com pagamentos de impostos,

¹ Liberalismo é a liberdade econômica para que seja livre o desenvolvimento do setor privado, sem intervenções do Estado. Donald, S. Jr. (1931, p. 16)

posteriormente o Estado passou a incentivar as demais questões sociais, inicialmente voltadas para o campo de trabalho e questões ambientais.

As ações proporcionadas pela RSE, estão relacionados aos princípios da sociedade pós-industrial, no qual retrata-se o interesse em proporcionar para sociedade ações que beneficie a ela, mas não deixa de ter importância para os negócios empresariais. Neste caso, é possível apontar o significado desse investimento para as empresas, para sociedade e para o Estado:

Para a empresa, sua inserção social pode credenciá-la a um melhor posicionamento diante de seus concorrentes. Para a sociedade, o tema passa a ser depositário da expectativa de ampliação da participação e provimento de demandas sociais, embaladas desde o início do processo de democratização que culminou com a Constituição Federal de 1988. Para o Estado, o tema pode colocar em prova sua capacidade de promover a articulação entre os diversos atores sociais em torno de projetos concretos para a superação das desigualdades sociais tão enraizadas quanto combatidas pela sociedade. (SOUZA, 2010, p.10)

A relação entre a articulação da responsabilidade social com seus campos de atuação mostra que intenção da responsabilidade social pode apresentar um posicionamento que tende a exercer privilégios para empresa ou para sociedade. Considerando-se que essa flexibilidade permite tender para posições privilegiadas para empresa ou para a sociedade, ressalta-se que esses investimentos podem ser direcionados para questões internas, pautadas a interesses de seus empregados e ações externas, onde relativamente ativa certo benefício ao setor externo da empresa, direcionados a questões ambientais, educacionais, sociais e/ou econômicos.

O instituto Ethos é uma Oscip², que tem como objetivo estimular e mobilizar as empresas a estabelecer ações socialmente responsáveis, aponta que o surgimento da RSE surgiu devido a

² “Uma OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.” (BRASIL, 2016)

[...] conscientização dos empresários de que precisam agir rápido e fazer algo pelo país, preenchendo a lacuna deixada pela falência do Estado em prover o bem-estar social, pois, caso contrário, num futuro próximo, verão seus mercados minguarem [...]. (ETHOS, 2013, p. 10)

O interesse da empresa propiciou o crescimento desse tipo de investimento, e o caráter da empresa dentro da sociedade passou a ser visto “[...] cada vez mais como um sistema social organizado em que se desenvolvem relações diversas, além das estritamente econômicas” (DIAS, 2011, p. 175).

2.1 Formas de atuação Social das Empresas

Com a emergência das empresas em ações em benefício da sociedade, provenientes do interesse de assegurar uma boa reputação, o movimento de buscar novas formas de atribuir valor social à suas atividades acaba ganhando destaque e sendo intensificado no Brasil a partir de 1990:

[...] com o surgimento de diversas organizações não governamentais e com o desenvolvimento do terceiro setor. Instituições como a Fundação Abrinq, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Rede de Informação do Terceiro Setor (Rits) foram criados com o objetivo de destacar a importância das ações sociais para os negócios e para a sociedade. Assim, termos e expressões como filantropia, cidadania empresarial, ética nos negócios, voluntariado empresarial e responsabilidade social foram incorporados ao vocabulário corporativo. (TENÓRIO, 2006, p. 27)

Existem inúmeras possibilidades de como uma empresa pode atuar e dedicar ações beneficentes a sociedade, que estejam além de suas obrigações econômicas, essa questão envolve primeiramente o objetivo no qual a instituição privada deseja atingir, como por exemplo patrocínio de projetos ou atividades de caráter educacionais, ambientais, sociais, "desenvolvimento de campanhas de marketing relacionado a uma causa e a criação de instituições

ou fundações" (TENÓRIO, 2006, p. 29), e o público alvo no qual o benefício se destina.

Considerando que o movimento de investimento empresarial é um campo de atuação recente, expressões como filantropia empresarial, cidadania empresarial e responsabilidade social corporativa, são usadas muitas vezes como sinônimos de RSE, mas ao conceituá-los, nota-se que embora estejam relacionados são termos distintos. A filantropia empresarial resume-se por doações temporárias por meio de incentivos financeiros e/ou materiais para entidades ou ONG's de caráter assistencialista. Já a cidadania empresarial acontece quando existe o comprometimento com programas sociais e incentivos a projetos sociais. E a responsabilidade social empresarial, é o termo de mais amplo, pois destina-se ao sistema da gestão empresarial que visa cumprir suas obrigações, contribuindo com o desenvolvimento econômico, mas que destina suas ações em benefício da sociedade, atuando com enfoques educacionais, sociais e ambientais.

Assim, como é abordado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social (2000, p.1):

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

Como exemplo de atuação de RSE, foi reunidos alguns projetos voltados para enfoques educacionais, que tem como objetivo cumprir a função de educação não-formal.

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do

processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não formal. Ela preparar os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006)

- ROMI

Industria que trabalha na produção de máquinas e equipamentos industriais, localizada na cidade de Santa Bárbara do' Oeste-SP. Por meio da criação da "Fundação Romi", a indústria criou uma parceria com a Secretaria da Educação da cidade, criando o "Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil", espaço criado e cedido através da fundação, onde crianças moradoras de bairros periféricos (com idade de 03 aos 06 anos) tem a oportunidade participarem no contra turno escolar de atividades lúdicas e pedagógicas que auxiliam seu desenvolvimento e aprendizagem. Essas atividades envolve diversas áreas como: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

- Suzano

Industria que trabalha com a produção de papel e celulose, localizada na cidade de Americana-SP. Por meio da criação do Instituto "EcoFuturo", desenvolve o projeto "Biblioteca comunitárias", que tem o intuito de mobilizar bibliotecas das escolas públicas a disponibilizarem seus serviços a não apenas seus alunos, mas a toda comunidade. Para isso, disponibiliza funcionários que são capacitados por meio de cursos para realizarem essa conscientização nas escolas.

- Itaú

O banco Itaú é um banco brasileiro, que oferece serviço de finanças. Através da "Fundação Itaú Social", realiza a promoção do desenvolvimento profissional através de cursos de formação em tutoria aos técnicos de secretarias de

educação. Atende cerca de 5 Estados do Brasil: São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará e Amazonas, com o total de 376 escolas participantes.

- DPaschal

Empresa de atendimento automotivo, localizada em vários estados e cidades do território brasileiro. Através da “Fundação Educar DPaschoal”, a DPaschal desenvolve desde 2000 o projeto “Leia Comigo”, onde acontece a distribuição de livros gratuitos a partir de uma solicitação de ONGS, ou pessoas que promovem algum tipo de ação social.

2.2 Incentivo a RSE

Existem inúmeros motivos que levam as empresas investirem em responsabilidade social, podendo apresentar intensões de cumprimento de legislações ambientais, direito dos funcionários, clientes e/ou consumidores, incluindo obrigatoriedades do entorno da empresa ou indústria, e questões de princípios políticos da mesma, Tenório aponta três dimensões dessa motivação: pressões externas, forma instrumental e questões de princípio.

Com a emergência da RSE, a temática passou a ser um assunto de interesse mundial, tornando-se propício a abertura de debates que, contribuíssem com a definição das obrigatoriedades das empresas e indústrias perante seus trabalhadores e meio social. As pressões externas equivalem a essas obrigatoriedades, que passaram a ter caráter de fundamentação universal, de acordo com Pacto Global³, que apresenta os dez princípios mundiais, decorrentes da “Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e dos Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio

³ “O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje já são mais de 12 mil organizações signatárias articuladas por cerca de 150 redes ao redor do mundo.” (BRASIL, 2013)

Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção”:

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
6. Eliminar a discriminação no emprego.
7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina. (BRASIL, 2013)

O argumento para a motivação de investimentos em RSE é econômico, já que as empresas de países mais desenvolvidos competem no mercado internacional apresentando custos sociais, ambientais e trabalhistas mais altos do que os custos das empresas que estão em processo de desenvolvimento, tornando-se indispensável acompanhar estes custos dentro do comércio exterior. (TENÓRIO 2010, p. 34).

A forma instrumental como motivação, diz respeito aos meios de obtenção de algum benefício para o núcleo empresarial, podendo estar relacionado ao aumento de preferência por parte do público gerado pelo reconhecimento da empresa, e através da vantagem econômica, onde por exemplo, quando a empresa se responsabiliza por promover ou financiar projetos voltados para a sociedade em geral, garantindo a ela receber incentivos fiscais do Governo, como por exemplo, a diminuição do cálculo do imposto de renda (IR) devido e Contribuição Social Sobre o lucro, com até 2% no processo de apuração, perante Lei 9.249/95 (BRASIL, 1995).

As duas dimensões apresentadas até o momento: pressões externas e forma instrumental, não garante que esses investimentos sejam frequentes ou a longo prazo, pois são motivações que caso haja [...] "diminuição das pressões das comunidades em relação às questões ambientais, sociais e trabalhistas ou se as leis de incentivos fiscais forem revogadas, as empresas poderão diminuir o montante de investimentos destinados a essas áreas." (TENÓRIO, 2006 p. 35)

Quando a RSE é movida por questões de princípios, a probabilidade do investimento ter continuidade e ser de vigência a longo prazo é maior, pois são valores que acompanham o caráter da empresa, garantindo por consequência a promoção de ações em benefício da sociedade, meio ambiente, funcionários e outros públicos que podem ser atingidos pelas ações.

Dessa forma, independente da justificativa empresarial por investir em RS, essas ações são necessárias para a empresa, já que contribui para a valorização de sua imagem e traz vantagens para o contexto social.

2.3 Responsabilidade e marketing social

As ações de RSE alcançam visibilidade no momento que as empresas sujeitam-se a corresponder a valorização do ser humano e ao respeito por quesitos ambientais, levando-a por incorporar uma organização com vários objetivos, sendo estes voltados para o desempenho da sociedade e para fatores econômicos. Por consequência, as ações que transmitem o valor social da empresa, associam-se a chamada estratégia de marketing.

Além de influenciar positivamente a imagem da empresa, o marketing institucional é legítimo por seu caráter exemplar, contribuindo para a formação de uma cultura de valorização [...] . A comunicação dessas ações deve ser proporcional aos investimentos e coerente com os princípios e resultados do programa implementado pela empresa. (ETHOS, 2000, p. 49)

Utiliza-se da RSE como estratégia de marketing, pois traz a possibilidade de elaborar os balanços sociais, permitindo publicações de

informações qualitativas e quantitativas dos resultados das ações que a empresa realiza em compromisso com a RS.

[...] Os balanços sociais são uma maneira de as empresas divulgarem suas versões sobre de que forma elas estão buscando uma responsabilidade social. [...] no Brasil, a publicação do balanço social não está regulamentada, porém, alguns projetos de lei ou regulamentação que tratam do balanço social têm tramitado nas esferas federal, estadual e municipal. (OLIVEIRA, 2008, p.180-181)

A disponibilização dos balanços sociais garante transmitir para sociedade certa transparência ao que diz respeito do caráter moral e ético da instituição privada. Essa postura é gerada pela "necessidade das próprias organizações de manter sua boa imagem perante o público" (VELOSO, 2005, p.6).

O balanço social exibe uma série de informações a respeito dos investimentos realizados ao longo do ano, apontando as metas e objetivos realizados, por meio de dados econômicos pontuados em notas e tabelas. Para exemplificar, foi realizado o recorte de algumas notas de alguns balanços sociais para exemplo:

Imagem 1: Balanço Social pela empresa Romi:

Demonstração do superávit			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em reais			
	Nota	2015	2014
Receitas			
Doações da mantenedora		770.929	730.833
Receitas financeiras		4.598.204	3.918.397
Mensalidades escolares	5	260.939	-
Dividendos recebidos		65.530	-
Outras doações		11.107	6.857
Outras receitas		19.106	9.222
Trabalho Voluntário	2.3	113.118	95.568
Recursos incentivados e convênios			
Projeto Revitalização Casas da Estação Cultural – Lei Rouanet		53.440	136.450
Projeto Ninho Musical – ProAC 2014		32.163	54.743
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – FUMCAD 2013		-	12.645
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – FUMCAD 2014		51.854	29.321
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – IPHAN 2014		91.058	21.460
Projeto Anjos do Riso – FMC 2015		7.657	-
Projeto Judô Sócio Educativo PM-PS 2015		64.611	-
Projeto Festival Cultura da Terra / Edital ProAC 2015		48.803	-
		6.188.519	5.015.496
Despesas			
Educação			
Educação Infantil			
Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil - CEDIN - Jardim I e II		(376.761)	(342.233)

Fonte: (ROMI, 2015, p.2).

Imagem 2: Balanço Social Suzano:

3 – Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	5.214	0,54%	0,12%	4.281	0,37%	0,12%
Cultura	2.682	0,3%	0,1%	3.431	0,3%	0,1%
Saúde e saneamento	2	0,00%	0,00%	0	0%	0%
Esporte	688	0,07%	0,02%	876	0,08%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	491	0,05%	0,01%	0	0%	0%
Outros	6.936	0,72%	0,16%	7.099	0,62%	0,19%
Total das contribuições para a sociedade	16.013	1,66%	0,37%	15.687	1,37%	0,43%
Tributos (excluídos encargos sociais)	347.376	35,93%	8,10%	354.447	31,05%	9,73%
Total – Indicadores sociais externos	363.389	37,59%	8,47%	370.134	32,42%	10,16%
4 – Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	24.704	2,56%	0,58%	7.014	0,61%	0,19%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.542	0,16%	0,04%	1.256	0,11%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	26.246	2,71%	0,61%	8.270	0,72%	0,23%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: ¹	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% (X) cumpre de 51% a 75% ¹ () cumpre de 76% a 100%			() não possui metas () cumpre de 0% a 50% (X) cumpre de 51% a 75% () cumpre de 76% a 100%		

Fonte: (SUZANO, 2010, p. 94)

Imagem 3: Balanço Social Banco Itaú:

Relat

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ⁽⁹⁾
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014					31/12/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ⁽⁹⁾	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988	466
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-	104
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-	12
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-	15
Entidades Controladas em Conjunto									
MCC Securities Inc ^(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	-	4
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-	603

Fonte: (ITAÚ, 2015, p.68)

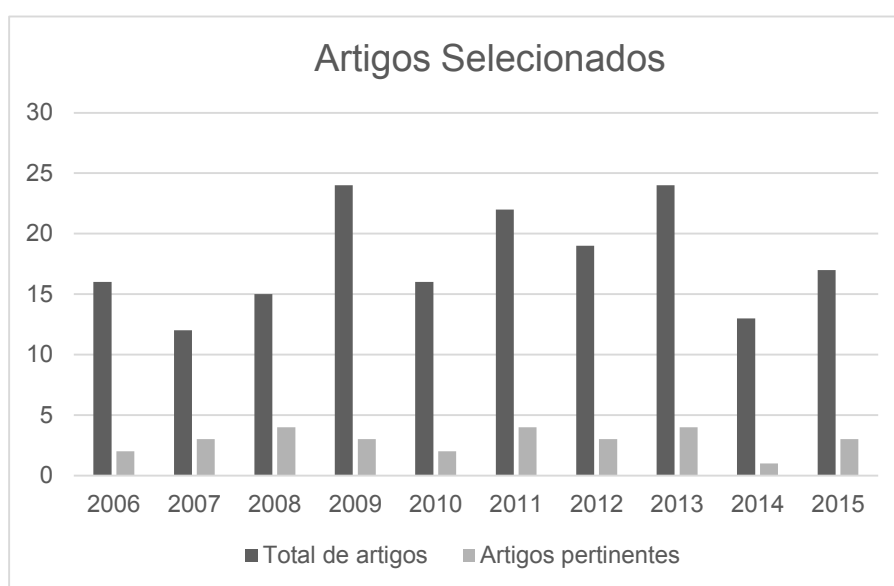
No balanço social do banco Itaú, é alegado que “A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro DiPerna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING”, então no balanço social não são especificados as ações diretas do instituto.

3 LEVANTAMENTO DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS

O propósito desse trabalho é o levantamento de dados a partir de periódicos nacionais com o interesse de mapear a temática de responsabilidade social empresarial entre os anos de 2006 a 2015, relacionadas à área de educação. Os artigos selecionados para a pesquisa foi através da busca pelo banco de dados da SciELO, permitindo identificar os artigos mais relevantes em relação ao tema do estudo.

A seleção foi realizada considerando inicialmente os periódicos que apresentassem os seguintes descritores: responsabilidade social e responsabilidade social empresarial, devendo constar nos artigos como palavras – chaves ou incluídas no título/e ou resumo. A pesquisa realizada sobre a RSE apresentou o total de 162 artigos relacionados com a temática, mas posteriormente exclui-se os trabalhos apresentados em língua estrangeira e classificados pelas áreas “Ciências Sociais Aplicadas”, “Engenharias” e “Ciências da Saúde”, considerando apenas apresentações do idioma português e da área “Ciências Humanas”, sendo também levado em consideração o período selecionado (2006 – 2015) com isso obteve-se o total de 30 artigos. Segue abaixo a trajetória e a relação quantitativa dos artigos selecionados, pertinentes a pesquisa:

Gráfico 1: Artigos selecionados 2001 – 2015.



Fonte: Elaborada pela autora, baseando -se nos dados coletados.

Os dados mostram que há um maior número de publicações sobre a temática nos períodos de 2009 a 2013, com destaque para o ano de 2009 com 24 artigos sendo 3 selecionados, e o ano de 2013, com 25 publicações e 4 pertinentes a essa produção. Em termos numéricos, temos o total de 168 artigos nos quais foram pré-selecionados 30, que representam apenas 17% da quantidade total apontada no levantamento de dados.

Para o levantamento de dados, foi realizado a consulta de publicações nacionais, sendo essa publicadas em: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Universidade de Sorocaba-UNISO); Caderno CRH (Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos-UFBA); Cadernos CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade-CEDES);Ciência e Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista-UNESP); Educação em revista (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG); Educação & Sociedade (Centro de Estudos Educação e Sociedade-Cedes); Educar em revista (Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná-UFPR); Fractal : Revista de Psicologia (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia – UFF); Interface - Comunicação, Saúde, Educação (Universidade Estadual Paulista-UNESP); Psicologia: Ciência e Profissão (Conselho Federal de Psicologia–CFP); Psicologia em estudo (Departamento de Psicologia - Universidade Estadual de Maringá-UEM); Psicologia Escolar e Educacional (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE); Revista Brasileira de Educação Especial(Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial – ABPEE); Revista Brasileira de Educação Médica (Associação Brasileira de Educação Médica-ABEM); Revista de Sociologia e Política (Universidade Federal do Paraná-UFPR); Saúde e Sociedade (Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública-USP); Scientia e Studia (Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia-USP), e Trabalho, Educação e Saúde (Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV).

Tabela 1: Relação de periódicos pertinentes à temática da pesquisa:

ISSN	Periódicos	Total de Artigos	%
1414-4077	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	2	7%
0103-4979	Cademo CRH	4	13%
0101-3262	Cadernos CEDES	1	3%
1516-7313	Ciência e Educação	1	3%
0102-4698	Educação em revista	1	3%
0101-7330	Educação e Sociedade	3	10%
0104-4060	Educar em revista	1	3%
1414-3283	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	1	3%
1414-9893	Psicologia: Ciência e Profissão	4	13%
1413-8557	Psicologia Escolar e Educacional	1	3%
1413-7372	Psicologia em estudo	2	7%
1413-6538	Revista brasileira de educação especial	1	3%
0104-4478	Revista de Sociologia e Política	1	3%
0100-5502	Revista Brasileira de educação medica	2	7%
1984-0292	Revista de psicologia	2	7%
0104-1290	Saúde e sociedade	1	3%
1678-3166	Scientiae Studia	1	3%
1981-7746	Trabalho, Educação e Saúde	1	3%
	Total	30	

Fonte: Elaborada pela autora, baseando -se nos dados coletados.

Como mostra a tabela 1, nota-se uma variedade de periódicos e poucos artigos com a temática da pesquisa, sendo assim o Caderno CRH e Psicologia: Ciência e Profissão, o periódico que mais realizou publicações previamente selecionados, correspondendo a 13% dos artigos. Com relação as publicações relevantes a pesquisa, os periódicos que mais se destacam são o “Caderno CRH” e a revista “Psicologia: Ciência e Profissão”, com 4 trabalhos selecionados, cada um.

Com a intenção de compreender historicamente algumas informações a respeito aos periódicos usados para a coleta de dados, foi realizado um levantamento com informações referente a eles, no sítio da SciELO:

- **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior:** pertence a Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES) desde 1996, sendo que a partir de 2007, entra em parceria com a Universidade de Sorocaba (UNISO), suas publicações priorizam trabalhos relacionados a área de avaliação, nos idiomas português e espanhol.
- **Caderno CRH:** organizada pelo Centro de Recursos Humanos – CRH, em coedição com a Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, reunindo textos de interesse acadêmico e atualidades das ciências sociais. O CRH foi criado em 1969, sendo que em 2004, a revista se consolida como revista nacional de periodicidade quadrimestral da ciências sociais.
- **Cadernos Cedes:** realizam publicações periódicas do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), editados desde 1980, seus artigos possuem caráter temático voltados para profissionais e pesquisadores da área educacional, tendo como propósito abordar questões atuais e significativas neste campo de atuação.
- **Ciências & Educação:** Criada e editada a partir de 1995, sob a responsabilidade do Conselho Editorial que pertence ao programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência da UNESP, seus artigos apresentam resultados de pesquisas empíricas, teóricas e ensaios originais sobre temas relacionados às áreas de Ciências, Física, Química, Biologia, Geociências, Educação Ambiental, Matemática e áreas afins.
- **Educação em Revista:** tem como objetivo divulgar conhecimentos científicos na área de Educação é um periódico trimestral que tem como objetivo divulgar conhecimentos científicos produzidos no campo da Educação. A revista traz publicações inéditas que trazem contribuições significativas para o avanço da pesquisa educacional.
- **Educação & Sociedade:** publicada desde 1978, apresenta publicações do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). A revista aceita artigos e resenhas na área de Ciência da Educação, e tem como interesse incentivar a pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino.

- **Educar em revista:** criada em 1977, com interesse de publicar artigos originais e relatos inéditos de pesquisa na área educacional, tendo como objetivo abordar questões atuais e significativas para a área de educação.
- **Interface – Comunicação, Saúde, Educação:** lançada em 1997, com a intenção de estimular o conhecimento a respeito de questões entre saúde e educação, é uma publicação eletrônica, editada pela Unesp (Laboratório de Comunicação e Educação em Saúde - Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu).
- **Psicologia: Ciência e Profissão:** é uma revista de publicação trimestral editada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Seus artigos apresentam Estudo teórico, Relato de pesquisa e/ou Relato de experiência.
- **Psicologia Escolar e Educacional:** a revista apresenta publicações científicas na área de Psicologia Escolar e Educacional e está vinculada à Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).
- **Psicologia em Estudo:** é uma revista trimestral, desde 1996, pelo Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, no Estado do Paraná. Tem o intuito de publicar estudos campo da Psicologia e áreas afins, sob a forma de relato de pesquisa, estudo teórico, relato de experiência profissional, resenha, debate e entrevista.
- **Revista de Sociologia e Política:** apresenta artigos originais e ensaios bibliográficos cujo tema principal seja a prática política de agentes sociais, que apresentam resultados de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências que ainda não foram publicadas.
- **Revista Brasileira de Educação Médica:** realiza publicações da ABEM (Associação Brasileira de Educação Médica), de periodicidade trimestral, e tem como objetivos situar em seus artigos, análises e resultados de investigações sobre temas Educação Médica.
- **Revista de psicologia:** publicados através do portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), sendo fonte da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI), tem como objetivo contribuir para áreas do conhecimento psicológico e científico.

- **Saúde e sociedade:** sua criação foi em 1992, com o tem o interesse de publicar produções científicas de caráter crítico e reflexivo na área da saúde pública/coletiva, voltado para as ciências sociais e humanas.
- **Scientiae Studia:** realiza produções nas áreas de filosofia e história da ciência e também nas áreas da sociologia e tecnologia. Destaca-se as áreas da ciência, ciência exata, natural e humana, e ao impacto da aplicação técnica e tecnológica no conjunto da cultura e da sociedade.
- **Trabalho, Educação e Saúde:** é uma revista científica com periodicidade quadrimestral, de debates, análises e investigações sobre temas relacionados à área de educação profissional em saúde. Editada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz.

O levantamento de dados mostrou que não existe de fato produções que discorram sobre projetos educacionais de Responsabilidade Social (RS) no Brasil, mas devido à grande quantidade de artigos apontados, optou-se por dividir em três subtemas, com a finalidade de compreender melhor os assuntos de maior destaque envolvendo a RS:

- Educação, onde foram considerados temas que tratam da responsabilidade social na educação superior ou em outra instituição educacional.
- Contexto social, que envolve questões sociais ligadas á área de RSE.
- Trabalho, incluiu-se os temas que envolvem estudos de casos ligados ao mercado trabalho.

Tabela 2: Relação de subtemas por revista:

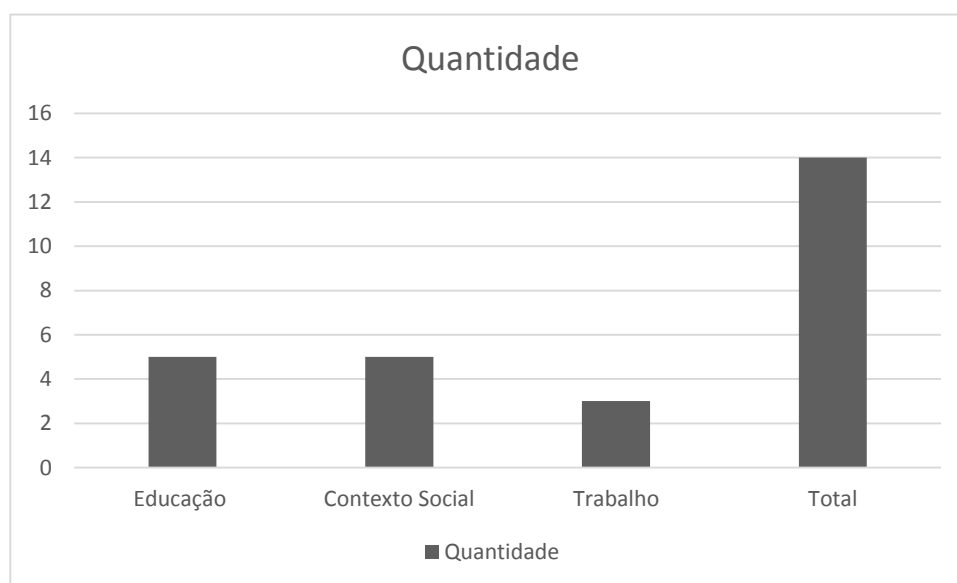
Revista	Educação	Contexto Social	Trabalho	Total	%
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	2	0	0	2	15%
Caderno CRH	0	1	1	3	23%
Cadernos CEDES	0	0	0	0	0%
Ciência e Educação	1	0	0	1	8%
Educação em revista	0	0	0	0	0%
Educação e Sociedade	1	1	0	2	15%
Educar em revista	0	0	0	0	0%
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	0	0	0	0	0%
Psicologia: Ciência e Profissão	0	1	1	2	15%
Psicologia Escolar e Educacional	1	0	0	1	8%
Psicologia em estudo	0	1	0	1	8%
Revista brasileira de educação especial	0	0	1	1	8%
Revista de Sociologia e Política	0	0	0	0	0%
Revista Brasileira de educação medica	0	0	0	0	0%
Revista de psicologia	0	0	0	0	0%

Saúde e sociedade	0	0	0	0	0%
Scientiae Studia	0	0	0	0	0%
Trabalho, Educação e Saúde	0	0	0	0	0%
Total	5	5	3	13	

Fonte: Autora baseando-se nos dados coletados.

Os periódicos que não foram escolhidos não apresentavam temáticas pertinentes a este estudo, como vemos acima, o caderno CRH corresponde a 21% dos artigos selecionados para análise, apresentando a contribuição mais significativa.

Gráfico 2: Relação de cada subtema.



Fonte: Autora baseando-se nos dados coletados.

Tabela 3: Relação de cada subtema com dados percentuais

Subtemas	Quantidade	%
Educação	5	36%
Contexto Social	5	36%
Trabalho	3	21%
Total	13	

Fonte: Autora baseando-se nos dados coletados.

Posteriormente, será desenvolvido de forma detalhada os subtemas abordados pelos artigos selecionados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Com a análise dos artigos selecionados, é possível ter uma visão inicial sobre o que vem sendo produzido nos últimos anos pela comunidade acadêmica a respeito da temática de responsabilidade social empresarial. Como já mencionado no capítulo que antecede a este, optou-se por fazer a seguinte classificação:

4.1 Educação

4.2 Contexto Social

4.3 Trabalho

4.1 Educação

Foram selecionados 5 artigos com o subtema da educação, o que equivale 36% do total de 13 escolhidos para leitura.

De maneira geral, os artigos apresentam a questão da responsabilidade social com aspectos educacionais, discutem essa temática de maneiras distintas: destacando o papel das universidades em promoção da RS; contribuições da psicologia escolar para as ações de responsabilidade social; metodologia para avaliar as práticas de RS dentro das universidades públicas; relação da empresa e da escola diante a educação ambiental; e a responsabilidade social empresarial para reparar alguns efeitos negativos na sociedade.

O artigo de Dias Sobrinho (2015): “Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. Revista da Avaliação da Educação”, não destaca parcerias com o meio empresarial, mas possibilita entender ainda mais a importância da responsabilidade social empresarial direcionar investimentos no campo da educação para fundamentar e elaborar ações para práticas de RSE. Dias Sobrinho (2015) traz uma reflexão sobre a educação e o conhecimento sendo fundamentais para o processo individual e social do ser humano, apontando a universidade pública como uma das principais instituições contribuintes para este processo, justificando sua existência “[...] ao cumprir suas responsabilidades sociais [...] por meio da vivência de valores existenciais e humanos e, por vocação e demanda, pela produção e socialização de conhecimentos.” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 583).

Dias Sobrinho (2015) apresenta uma discussão entre as áreas de conhecimento científico em biológicas, exatas e tecnológicas, pontuando suas importâncias e o modo como atingem as necessidades da sociedade mas, destaca a área da ciências humanas como primordial para o desenvolvimento de todas as ciências, já que garante espaço e condições para discussões, e criando abertura para buscas por melhores condições sociais. Assim, mostra que a responsabilidade social das universidades públicas está em:

[...] formar pessoas com alto sentido cultural, moral e político de cidadania e de contribuir, em sua esfera de possibilidades e em seus limites, para a solução de problemas da coletividade. A responsabilidade da universidade não diz respeito somente à técnica, mas, também, à ética e à política. É bem verdade que os conhecimentos que produzem não devem de apresentar pertinência para a sociedade, e isso inclui necessariamente a economia. Mas a universidade não deve transformar-se em serva da economia. Pertinência social e autonomia se associam como princípios inseparáveis do estatuto da universidade. (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 584).

A leitura do artigo “Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar” (CAIXETA; SOUSA, 2013), possibilitou conhecer um estudo de caso através de um programa de RS para a Educação superior, apresentando o campo de atuação que tem como objetivo mediar processos do desenvolvimento humano, incluindo as etapas de aprendizagem: a psicologia escolar. Compreende-se por desenvolvimento humano o modo como as transformações acontecem no indivíduo ao se relacionar com a sociedade, e a psicologia escolar dentro da educação superior é usada como assistência no processo de desenvolvimento humano e nas etapas de ensino-aprendizagem.

A função da psicologia escolar nas instituições de ensino superior (IES) é criar estratégias de aperfeiçoamento e evolução do processo de aprendizagem do aluno, estimulando discussões e pesquisas para desenvolver aprendizados e competências. Essa função, defende a ideia das autoras (CAIXETA; SOUSA, 2013), de que a psicologia escolar traz contribuições significativas para as etapas do aprendizado.

As autoras destacam a Educação Superior como responsável pela formação de profissionais dispostos a considerar o meio social que estão inseridos, antes de tomar qualquer decisão que pode afetar ou causar danos pra sociedade:

Portanto, a responsabilidade social se efetiva na construção da cidadania, na qual, com uma perspectiva transdisciplinar de atuação pedagógica e profissional, ocorre a circulação e o entrelaçamento de saberes acadêmicos e populares, em um processo singular de aprendizagem e de produção de conhecimento em torno, inclusive, dos desafios emancipatórios da sociedade local e global. (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 135).

Destaca-se então que a IES tem seu papel de responsabilidade social "[...] como uma nova ordem social, uma nova forma de conceber o mundo, as pessoas e as relações que elas estabelecem entre si e o meio ambiente." (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 135). Neste contexto entende-se que a RS dentro das universidades refere-se a várias ações que propagam práticas que não prejudique o outro, evidenciando também a preocupação com o meio ambiente, com isso a psicologia escolar se faz presente nas IES como "[...] potencializadora das ações e da implantação de programas de responsabilidade social universitária por ter em seu corpo teórico e prático um conjunto de saberes e técnicas relacionados à mobilização para a reflexão e ação coletivas." (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 135).

Após realizar o discurso sobre a psicologia escolar como contribuinte para ações de Responsabilidade Social) RS dentro das universidades, apresenta-se um programa que foi desenvolvido dentro de uma faculdade privada do Distrito Federal (DF), mas as autoras mencionam ser um projeto para todas as instituições de ensino superior. Em favor do desenvolvimento do programa de RS para a educação superior foi usada a "[...] metodologia da pesquisa-ação, entendendo que, na área educacional, esta tem a tarefa de promover melhoras qualitativas nos diversos processos que acontecem na escola." (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 136). Tendo como objetivo atingir todos os envolvidos da IES (estudantes, docentes, funcionários e parceiros), com o intuito de transformar as propostas abordadas por documentos institucionais

em práticas sociais, aumentar a relação entre todos envolvidos da universidade, estreitar a relação dos estudantes com a comunidade, e tornar o espaço universitário aberto para a comunidade externa. Para isso foi realizado:

[...]encontros sistemáticos com todos os segmentos da instituição - docentes, técnicos, discentes e parceiros da FT - para conhecer cada um deles e suas necessidades, ao mesmo tempo em que eram discutidas possibilidades de ações relativas à responsabilidade social [...]. Assim, por exemplo, na medida em que a equipe se reunia com um grupo, já planejava um conjunto de ações que eram executadas e avaliadas com os participantes. Esse processo de ação-reflexão-ação, isto é, essa práxis mediada pelos conhecimentos teóricos e práticos da psicologia escolar e do desenvolvimento, permitiu a sistematização de um programa de responsabilidade social [...] para as IES em geral, uma vez que está pautada na atuação institucional da psicologia escolar.(CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 136).

A sugestão apresentada por Caixeta e Souza (2013) mostra inicialmente um "grande programa", que promove de imediato medidas reflexivas, capazes de rever políticas e práticas das organizações de ensino superior. Em seguida, destaca-se 6 dimensões, que a partir delas, deve-se surgir os programas específicos, para que as medidas inicialmente reflexivas, passem a ser praticadas. Segue as dimensões:

Dimensão 1 - Políticas de Ensino: diz respeito às ações da IES para a promoção da RS no âmbito do ensino. [...]
 Dimensão 2 - Programa de Acompanhamento para o trabalho e Relacionamento com o mercado: diz respeito às ações da IES para a formação para o trabalho de uma forma mais ampla, considerando tanto o mercado de trabalho quanto os alunos. [...]
 Dimensão 3 - Políticas de Inclusão: diz respeito às estratégias construídas pela IES nos seus documentos institucionais e nas suas rotinas para garantir o acesso à educação, à informação e à construção de conhecimento coletiva e individual. [...]
 Dimensão 4 - Políticas de Formação: diz respeito aos documentos e rotinas que a IES dispõe para a formação continuada de alunos, técnicos e professores. [...]
 Dimensão 5 - Políticas de Voluntariado: diz respeito às ações da IES para a integração entre os diferentes protagonistas da instituição e destes com comunidades locais, bem como de

ações de intervenção nessas comunidades, a partir da prática do voluntariado. [...]

Dimensão 6 - Políticas de Comunicação: diz respeito aos regulamentos e às práticas relacionadas à divulgação de informações à comunidade acadêmica e à comunidade em geral. Relaciona-se ao fluxo de informações tanto dentro quanto fora da IES. [...] (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 137-139)

Para concluir, as autoras sugerem essas dimensões, para que seja possível desenvolver projetos específicos de cada área, assim, garante bom desempenho e efetue o objetivo de atingir o público alvo. Dessa forma, destaca-se como a psicologia escolar pode auxiliar nas ações de RS, resultando a "[...] oportunidade de compartilhamento, construção e difusão de conhecimento em contextos potencialmente favoráveis ao desenvolvimento de identidades solidárias." (CAIXETA; SOUZA, 2013, p. 139). Desse modo, a responsabilidade social das universidades destaca-se nos atos de reflexão e busca por práticas que não favoreça apenas os graduandos, mas os docentes, os funcionários, parceiros e a comunidade.

Ao ler e analisar o estudo "Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas" (NASCIMENTO, et al., 2015), percebe-se que trata-se também de uma investigação de RS das instituições de ensino público, mas diferente do artigo apresentado anteriormente (CAIXETA; SOUZA, 2013), este visa contribuir com a construção de uma metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades.

Antes de apresentar os critérios metodológicos, os autores apresentam um diálogo sobre a RS dentro das universidades, posicionando em termos gerais que a mesma, resume-se por ações que inclui desde questões econômicas, até realizações sociais nas comunidades.

O estudo apresenta inicialmente quatro etapas, a primeira foi a revisão bibliográfica da temática avaliação, que encaminhou a segunda, onde por base do levantamento bibliográfico, foi obtido critérios para avaliação da responsabilidade social, a terceira contou com questionários fornecidos pelo Instituto de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP). E finalizando com a quarta etapa, foi realizado questionários e enviados para a Universidade

Federal do Paraíba, para enfim, estabelecer critérios para avaliação da RS das universidades públicas.

Após seguir essas etapas, foi estabelecido sete condições para compor a metodologia de avaliação da RS dentro das universidades, a primeira condição relacionava-se a ações de inclusão social, apontando atributos como estruturas adequadas para receber deficientes visuais, físicos e portadores de cadeira de rodas, seja dentro das salas de aula, como também no prédio da universidade, professores e funcionários administrativos capacitados com o curso de libras:

A inclusão do social compreende a capacidade da universidade de desenvolver ações de inserção com base na interpretação e intervenção da realidade diante dos contextos tecnológicos, humanos e ambientais e das questões sociais mais variadas, no sentido de atender as demandas da sociedade. A complexidade conceitual e abrangência desse critério criam novos desafios técnicos, metodológicos e de gestão para a universidade no que se refere a sua estrutura, projetos e programas. (NASCIMENTO et al., 2015, p.692)

O segundo critério visava o desenvolvimento econômico, apontando as parceiras com instituições privadas, projetos de pesquisa, etc:

O desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo desempenho macroeconômico e financeiro de um país, como meta a ser alcançada pela sociedade em geral. Este tem sido amplamente identificado como o processo pelo qual os homens conseguem aumentar a capacidade de produzir riquezas. (NASCIMENTO et al., 2015, p.693)

No terceiro critério apresentava-se o número total de vagas e vagas referente a cotas e números relacionados a quantidade de cursos oferecidos, levantando a questão do desenvolvimento social, caracterizado "[...] pelo espaço onde os homens em suas interações produzem e reproduzem a vida; é a integração entre as pessoas e mundo do trabalho [...]. (NASCIMENTO et al., 2015, p.694)

A quarta condição era em defesa do meio ambiente, situando como essa temática é levantada na universidade, incentivo a coleta seletiva e separação de resíduo descartáveis:

A defesa do meio ambiente caracteriza-se pela preservação e sustentabilidade do meio ambiente urbano e rural, capacitação e qualificação do capital social. A universidade, dentro de seus objetivos fins, deve proporcionar, na formação acadêmica dos seus alunos, dimensões científicas, técnica e humanas, articuladas com elementos atitudinais para proteção do meio ambiente. (NASCIMENTO et al., 2015, p.695)

Em defesa da memória cultural, como quinto critério apresenta-se a quantificação de projetos de extensão, eventos e recursos financeiros disponíveis e utilizados da universidade, incluindo também Incluem-se neste critério:

[...] a preservação, recuperação e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante a formação, organização, manutenção, ampliação equipamentos de museus, bibliotecas, centros culturais, coleção e acervos; restauração de bens moveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção ao folclore, do artesanato e das tradições culturais. (NASCIMENTO et al., 2015, p.696).

Como sexta e última condição, apresenta-se a defesa da produção artística e cultural da política da instituição, considerando os eventos e projetos relacionados a essa temática, relevando a "[...] produção e difusão cultural e artística de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes plásticas, fotografia, cinema, vídeo. Inclui-se, também, teatro, música e dança." (NASCIMENTO et al., 2015, p. 697).

O estudo pontuado (NASCIMENTO et al., 2015), não traz exemplos dos efeitos ou significado da avaliação de RS das universidades, finaliza apontando apenas que a metodologia para avaliação das práticas de RS das universidades é de caráter qualitativo, pois os critérios levantados introduz a análise das ações de responsabilidade social.

Mesmo não sendo mencionado pelos autores, do mesmo modo que a RS deve ser avaliada dentro das universidades públicas, isso deve acontecer no setor empresarial. E diante a proposta metodológica sugerida, pode-se afirmar que deve ser usada para levantar diagnósticos empresariais referente as práticas de RS, já que são apresentados critérios relevantes a ações também das empresas.

A seguir, os últimos dois artigos do subtema “Educação”, onde um dos estudos apresenta contribuições a respeito da educação ambiental dentro das empresas e seus efeitos para a escola, e uma pesquisa que levanta alguns aspectos históricos da RS como um movimento de tentativa para recuperar efeitos de algumas crises.

Sobre o estudo que apresenta a relação da escola e da empresa mediante a Educação Ambiental (EA): “Empresariado e ambiente: algumas considerações sobre a educação ambiental no espaço escolar” (BAGNOLO, 2010), é colocado em questão o fato de que a cada dia emerge uma nova preocupação em assuntos relacionados ao meio ambiente. Isso deve-se aos sinais da degradação ambiental, como por exemplo o aquecimento global, a desertificação das florestas, o derretimento das calotas polares e também a emissão de poluentes no ar, e estes assuntos passam a estar cada vez mais evidentes na nos jornais, na TV e também na internet. Todos concordam a necessidade de uma conscientização maciça que nos traga uma educação ambiental e que nos perpetue a qualidade de vida, este é um tema onde se agrega uma grande esperança quanto a melhoria na qualidade de vida da população atual e também de futuras gerações que receberão como herança no meio ambiente, estando este cuidado ou degradado.

O artigo de Bagnolo (2010) apresenta que, a educação ambiental passa ter um enfoque a partir da década de 1960, período onde empresas não tinham qualquer tipo de preocupação com questões ambientais, inclusive as brasileiras, que cresciam exponencialmente sob a ótica de um discurso desenvolvimentista de crescimento a qualquer custo. Porém esse quadro passa a mudar no final da década de 1980 com a emergência de novas políticas de desenvolvimento sustentável estabelecendo uma nova mentalidade de emergência a questões ambientais. Isso leva ao campo político questões que

passam a ser debatidas de promoção de desenvolvimento com responsabilidade, e assim, surge cada vez mais interessados na luta a favor do ambiente, evidenciando uma gama de setores que se compreendia desde os mais politizados até os considerados naquela época “inimigos do ambiente”: as empresas (BAGNOLO, 2010).

Nessa nova imposição impelida pela legislação ambiental, começam a surgir novas condutas empresariais que começam a atender expectativas dos chamados “consumidores verdes” que, apesar de não ter total consciência dos problemas ambientais, passam a observar a tudo com um olhar alarmado para estes produtos e seus impactos na crise ambiental. Nasce então produtos com “selos verdes” que garantem possuem certificados de procedência na fabricação de produtos com tecnologias limpas ou de baixa agressão ambiente para suprir a cobrança da sociedade de produtos ecologicamente corretos, especialmente suprir o a demanda de importação para o mercado Europeu que tem critérios bastante exigente quanto a questão ambiental. Esta nova preocupação também possibilita que empresas compreendessem que, não somente os produtos precisariam ter um selo verde, mas as empresas deveriam também promover a EA entre os trabalhadores envolvidos nos processos para também buscarem qualidade ambiental nos recintos de trabalho (BAGNOLO, 2010).

A autora (BAGNOLO, 2010) coloca em foco uma crescente cena da mudança no meio empresarial, com discursos predatórios para empresas que passam a desenvolver uma conduta preocupada com o os impactos no meio ambiente e com a sociedade envolvida. É a empresa atenta aos aspectos de responsabilidade social empresarial. Essa empresa incorpora as suas políticas internas e sua visão de mercado social, passando a romper seus próprios limites, ampliando-a com os mais variados tipos de programas sociais, educacionais e ambientais.

Deve ser ressaltado que a relação entre a escola e a empresa não se restringe somente pela presença da lei, muito mais do que isso: isso se deve também ao debate do papel da empresa na sociedade de hoje em um mundo cada dia mais globalizados deve ser pautado em valores que busquem integrar a todos os participantes do processo de produção sendo estes o governo, a empresa, os funcionários e também o próprio consumidor. Porém este modelo

que nem sempre existiu, eram considerados como ações filantrópicas, mas a partir da década de 1980 com a globalização econômica, o mercado sentiu a necessidade de mudar seu tratamento a essa questão do consumidor que não está mais atento somente ao preço, mas também a procedência do produto (BAGNOLO, 2010). A nova pressão exercida pelo mercado externo e pelo consumidor foi fator determinante para essa migração de mentalidade. Obtendo-se como consequência dessa nova imposição uma busca empresarial pela construção de imagem com finalidade de se obter seu reconhecimento institucional, comunitário e também social para afirmar e fazer ainda mais conhecida sua marca.

É mencionado por Bagnolo (2010), que o Neoliberalismo sendo consolidado, a empresa passa a ter um papel ainda mais importante no contexto educacional do país por se acreditar que o Estado é ineficaz e ineficiente na crise educacional instalada no Brasil nesse momento trazendo um embate entre o público e privado que começa a evidenciar ainda mais a relação entre as empresas e a escola onde o privado passa atuar de maneira mais incisiva sobre o público e começa a imputar sobre esta iniciativa a esperança sobre a situação emergente da educação brasileira.

Bagnolo (2010) aponta que é cobrado da escola a responsabilidade de viabilizar a injeção de recursos vindo do empresariado que trará critérios de organização que garantirão que os recursos sejam efetivamente utilizados para melhoras as condições da escola:

[...] Percebemos, assim, que esta nova filosofia empresarial ganha adeptos a cada dia, como também novos projetos surgem ao sabor do mercado. Mas o que chama atenção é que a EA praticada pelas empresas escapou ao âmbito doméstico e chegou à comunidade, por meio das mais diferentes atividades: projetos de inclusão social, de inclusão no mercado de trabalho e, o que nos interessa neste artigo, programas de formação ambiental, ou de EA, na comunidade escolar.” (BAGNOLO, 2010, p. 406)

Esse tipo de postura não apenas torna-se importante para tentar retratar ou compensar os possíveis problemas causados pelas atividades praticadas pela empresa, mas também firma solo para a implantação de programas e

atividades enriquecendo as opções do educador com livretos, materiais didáticos, jogos de cunho ecológico, concursos de redações com temas de caráter ecológico promovido pelas próprias empresas e etc. Também são bastante comuns passeios e excursões para conhecerem o interior das empresas ou conhecer parques e/ou reservas florestais, quando possível para o enriquecimento das experiências dos alunos com o meio ambiente. Podemos citar também a prática de elaboração de gincanas na comunidade com jogos de arrecadação de recicláveis para cooperativas de reciclagem. (BAGNOLO, 2010).

A autora finaliza mencionando que é importante reconhecer também que, apesar da prática da EA, existe um posicionamento ainda distante do almejado, limitando a EA dentro da esfera empresarial, onde se observa pouca participação dos professores, e educadores na elaboração e execução dos projetos propostos. Acontece um superficial repasse das informações aos alunos que recebem tudo de maneira mecânica ou são dificilmente compreendidos por não fazerem parte de alguma maneira do cotidiano a que estão inseridos, dificultando toda a assimilação do conteúdo.

[...] está levando às escolas um debate que nem sempre é privilegiado. Porém, preocupam-nos as concepções de ambiente, ciência, sociedade e educação que estão atreladas à prática de formação empresarial, pois, em sua grande maioria, a ação de EA proveniente dessas diferentes visões é incompatível com o pensamento crítico e emancipatório. (BAGNOLO, 2010, p. 413)

Sendo assim, percebe-se a necessidade da educação ambiental dentro das empresas receber educadores para auxiliar na elaboração e execução de projetos propostos.

A pesquisa: “Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional”, de Silva; Souza (2009), traz alguns aspectos históricos da RS como um movimento de tentativa para recuperar efeitos de algumas crises, elas consideram que em

diferentes momentos da história da sociedade, a educação brasileira foi usada como forma de propiciar o desenvolvimento econômico e por consequência, a escola atuando como um organismo gerador de trabalhadores que cumprem com a competência técnica que é oferecida, com a finalidade de produzir riquezas para o país. As autoras destacam uma pesquisa no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), onde no início da década de 1960 é investigado o cenário de desenvolvimento nacional, e contribui para a elaboração de política educacionais no período do regime militar. Na ótica do IPES, a educação possui um papel importante nas necessidades geradas através do desenvolvimento econômico tornando-se fundamental para o desenvolvimento social. Na década de 1990 também são produzidos discursos empresariais que propunham a maximização de lucros propondo a educação como o veículo que capacita o trabalhador oferecendo condições de adquirir habilidades que o mantenham operante e também cooperador desse quadro de desenvolvimento e para que isso seja possível essa bagagem de conhecimento é atribuída inicialmente através da educação básica. (SILVA; SOUZA, 2009).

Para as autoras, há mais do que interesse financeiro nesse tipo de ação:

Os fragmentos dos discursos empresariais, apresentados na seção anterior, evidenciam que a participação do empresariado na gestão da escola pública não está provida apenas de um cariz técnico e operacional para garantir sua eficiência e produtividade, tampouco está movida por ações filantrópicas ou “socialmente responsáveis”. Tal participação está ancorada por um forte conteúdo ideológico que opera na esfera cultural e política com alguns desdobramentos sobre o “currículo oculto” da escola. (SILVA; SOUZA, 2009, p. 784).

Ou seja, a percepção empresarial no âmbito da educação busca a produção e ambientação do comportamento cultural do estudante a nova fase da reestruturação produtiva, desse modo, a formação vai muito além de uma bagagem construída através de uma série de conteúdos escolares que giram em torno da produção das ciências e dos saberes: a meritocracia, a disciplina, a premiação e a regulação moral são novos dispositivos de moldagem deste trabalhador (SILVA; SOUZA, 2009).

Na última década ocorre um movimento de valorização e fortalecimento de Responsabilidade Social como mais uma entre tantas

maneiras de reorganizar o capital na tentativa de superar ou atenuar os efeitos das crises que fazem parte do “sociometabolismo” (SILVA; SOUZA, 2009). As ações de responsabilidade passam a fazer parte do cotidiano empresarial auxiliando e elaborando atividades ditas como de interesse público sendo através de repasses, seja na criação de entidades ou até mesmo n como estímulo para os próprios funcionários atuem em voluntariamente em alguma causa social. As autoras evidenciam que não existe o interesse do assistencialismo:

As ações de RSE se afirmam no argumento de que as empresas que as realizam buscam a cidadania e a sustentabilidade social e que não pretendem manter uma relação de assistencialismo com os grupos sociais atendidos. Por isso, as empresas preferem a área da educação para desenvolver seus programas de responsabilidade social, já que, se o movimento é de negação do assistencialismo, não seria coerente manter atividades de distribuição de alimentos, roupas ou remédios. (SILVA; SOUZA, 2009, p. 789)

Embora que, no levantamento de dados apresentado anteriormente no cap. 3, mostre que não existem muitas pesquisas de RSE, nas quais se destaquem projetos educacionais, Silva; Souza (2009) mostram que há preferência por parte das empresas investirem na área da educação para promover seus programas de RS. Desse modo, pode-se pensar na hipótese que as ações de Responsabilidade Social Empresarial voltadas para enfoques educacionais, apenas não estão registradas em estudos científicos mas, perante a prática provavelmente ganham destaque.

O artigo citado, mostra que essa preferência é pela tendência de ser melhor aceito pela população, já que o objetivo é atingir o interesse social, e finaliza discutindo sobre a motivação desse investimento:

[...] a educação escolar posta como uma aliada das empresas para responder aos desafios de qualificação do trabalhador no processo de mundialização do capital. Neste contexto, um importante desafio para os profissionais da educação se instaura: captar as nuances contidas nas proposições do empresariado para a escola, no processo de estabilização do seu poder econômico e político, e apreender as

mediações pautadas na cidadania, construídas historicamente pela dinâmica escolar [...]. (SILVA; SOUZA, 2009, p. 796)

Com base nos artigos selecionados, podemos analisar que os estudos indicados mostram-se preocupados em apresentar a questão da responsabilidade social, não apenas no âmbito empresarial, mas também, como apresentado, nas universidades. Contudo, a análise dos artigos permitiu entender que, a educação como temática de investimento de RS contribui para mudanças cognitivas para o público alvo, seja para funcionários, clientes, ou meio social, através de programas e projetos educacionais.

Ações de responsabilidade social com ênfase em educação auxiliam o cumprimento da LDB Art.1, pois contribuem para o desenvolvimento [...] na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL1996). Assim, projetos educacionais criam pontes entre o aprendizado e o conhecimento, por meio de vivências e experiências que promovem o ensinar.

4.2 Contexto Social

Obteve-se o total de 5 artigos com o subtema “Contexto Social”, o que equivale 36% dos 13 estudos escolhidos para leitura.

Os artigos apresentam situações onde as questões sociais estão ligadas a prática de RSE, o primeiro artigo vai abordar a assuntos que norteiam a as políticas sociais que afetam a moral de uma comunidade. Posteriormente, apresenta-se organizações, instituições e programas pertinentes a temática da RSE. Em seguida, um estudo que mostra dois exemplos diante uma análise sobre a RS dentro da esfera empresarial, ressaltando a participação de algumas organizações. Depois, tem-se a proposta de trazer uma reflexão a respeito da motivação sobre a prática da responsabilidade social. E para finalizar, apresenta-se um artigo que coloca a RSE diante alguns aspectos históricos, abrindo espaço para a introdução da chamada “estratégia de marketing”.

Silva (2006) com o trabalho “Ética pública e formação humana”, apresenta sob uma ótica da ética, um contexto público que estabelece ganhos e perdas, divisões, vantagens e desvantagens que cada indivíduo da coletividade. Discutir sobre ética pública, na fala do autor, permite compreender a formação humana dentro do coletivo. No capitalismo, a lógica do capital é o padrão que norteia relações humanas, e existe uma relação entre a ética pública com a formação humana que fundamenta o “mínimo social”, ou seja, aquilo que cada indivíduo necessita para que possa suprir as necessidades existenciais e tornar-se um ser autônomo. A sociedade tem o dever e compromisso de inserir o indivíduo em uma realidade coletiva, ou seja, no mercado. (SILVA, 2006)

Ao tratar da questão liberal a ideia contrapõe-se ao pensamento socialista da economia, do controle social da democracia e do mercado que intervêm distribuindo recursos proporcionando condições sociais favoráveis. Podemos entender sociedade como, padrões de ordem culturais, econômicos e ético-políticos, destemo do o autor conclui que a ordem social é resultante de manifestações humanas, não por tendências biológicas, mas por gestos de seres sociais. Compete ao poder público definir o que se caracteriza um bem coletivo, conduzindo a sociedade através da produção e reprodução tomando como ferramenta a repressão e a persuasão. Ninguém está fora da sociedade, fazendo parte de uma cooperação social, podendo compreender a política como uma maneira de cooperação, onde não necessariamente há necessidade da concordância mútua, além da política podemos observar como características dessa cooperação o entendimento ou não cultural, político, linguístico e econômico. O autor também nos leva ao entendimento do valor da cooperação dizendo:

O operar juntos é um imperativo da existência humana. Contudo, nem todas as formas de se operar juntos são aceitáveis e dignas de não serem combatidas. A questão central ético-política é a de como construir uma ordem social justa correlata a um processo de criar e partilhar valores cooperativos como base para a formação do ser humano.” (SILVA, 2006, p. 650)

Desde o seu nascimento, cada indivíduo está fadado a participar dessa relação social e como premissa deve se saber até onde o poder público tem a capacidade de influenciar qualquer condição de cooperação entre os indivíduos, como linha de influência nesse padrão: o capitalismo, para alguns o melhor sistema, pois está embutido em si o princípio da eficiência que é um legítimo definidor de justiça liberal, que estabelece métodos de distribuição por mérito moral ou por necessidade sendo este um sistema capaz de regular a redistribuição de benefícios produzidos pela cooperação social, garantindo o bem estar e acesso a bens considerados cruciais: renda, direitos, auto-estima) através da intervenção do poder público, aquele que busca garantir a equidade social, mas o fato é que o capitalismo sempre exclui uma parcela da sociedade dos benefícios de da cooperação. (SILVA, 2006).

Silva (2006) ressalta que fica sob responsabilidade do governo zelar pelas oportunidades em igual importância, não pela manutenção da livre concorrência, apenas. Diante da miséria ocasionada pela concentração de rendas, o governo se vê diante da necessidade de políticas públicas onde não prejudicasse o capitalismo comprometendo a sua estrutura. O governo teria que se manter fiel aos acordos econômicos evitando taxar o setor produtivo. Por isso explica o autor que:

Isso inviabiliza os investimentos públicos nos setores que poderiam diminuir a miséria social de grande parte da população: saúde, educação, segurança, emprego, alimentação transporte, lazer etc. A saída encontrada foi o incentivo às atividades ligadas ao “terceiro setor”, ao voluntariado e às atividades ligadas à responsabilidade social das empresas. (SILVA, 2006, p. 656)

Através do terceiro setor isso descentralizaria do Estado a responsabilidade de agir de forma global, dessa forma empresas investem em projetos de responsabilidade social almejando privilégios fiscais e obter legitimidade social. No mínimo social, o discurso que pontua as reformas do Estado do Brasil, buscando propor uma inserção do indivíduo, operando no equilíbrio dos que mais ganham e os que menos ganham. Frente a perda da

centralidade, o Estado ganha o título de parceiro, tornando-se também um agenciador, regulador e avaliador onde se prevalecerá a parceria do primeiro, segundo e terceiro setor. Conclui o autor que com o salário mínimo, escolaridade mínima, trabalho mínimo, que são apresentados por meio de bolsas com os mais diversos títulos, o Estado revela uma tentativa de recompensar a concentração de rendas e a desigualdade acentuada. Podemos notar uma política de reciprocidade onde, para se obter um benefício, é preciso oferecer algo em troca, como exemplo para que possam garantir alimentação, cuidados, e a educação mínima, em troca é necessário que a criança frequente a escola. (SILVA, 2006).

Silva (2006) aponta que surgem diversas propostas de remoção do indivíduo do quadro de miserabilidade sem tutelá-las através do capital social organizando atores sociais, tais como ONGs, terceiro setor, igrejas, sindicatos para que juntos possa reduzir superar a miséria com atividades autônomas que elevariam a confiança mútua, a moralidade e a parceria entre os cidadãos. Diante desse cenário, a educação se encaixa como elemento definitivo para que haja sucesso na promoção humana, segundo a teoria do capital social, prova disso é o investimento em organismos de cooperação internacional entre povos, entre eles podemos citar o Banco Mundial, investem na educação de povos de países considerados em desenvolvimento. Assim é firmada a fundamentação de que a educação é um veículo capaz de superar a miséria com autonomia, com a proposta de desenvolvimento humano. Mas, a posição de Silva (2016) diante essas ações tem sido uma maneira contraditória de promover a política social no Brasil, já que este, é um fator que afeta diretamente a auto-estima e a dignidade dessa população menos privilegiada.

Finalizando, o autor (SILVA, 2006) ressalta que a política liberal provocou uma estagnação na parcela menos privilegiada que prefere contar com as assistências promovidas pelo estado e/ou instituições privadas, ou até mesmo as ONGs, do que tornarem autônomas, já que as oportunidades precárias de ingressar no mercado de trabalho, são recusadas pelos cidadãos que preferem a segurança da ajuda do Estado característico nesse caso como paternalista.

Quanto ao artigo de Sartore (2012): “Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções”, traz a ideia da filantropia até as

ações de investimento na área de responsabilidade social. Na década de 1990, com o surgimento do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas, o trabalho envolvendo a RS ganha destaque no mundo corporativo auxiliando associados ao instituto a se tornarem atores sociais preocupados com seu comportamento perante a sociedade, mas essa preocupação antecede esse período, onde nasce a ideia do papel que um empresário tem perante a sociedade propondo novas formas de interação no mundo dos negócios. A abordagem da autora remete neste momento aos envolvidos com as práticas sociais dos empresários e as transformações recentemente vistas onde é observado de maneira mais clara com a criação da *Sustentabilidade Empresarial* (SE), uma proposta nascida da criação do *Índice de Sustentabilidade Empresarial* (ISE), forma-se então um modelo específico de capitalismo no Brasil. (SARTORE, 2012).

Através da criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas (IBASE), grupo dedicado a tornar democrático o acesso a informação políticas, sociais e econômicas do país, passa a existir uma cobrança para que as empresas cumprissem seus papéis sócias e publicado em forma de Balanço Social. Neste grupo podemos destacar a Ethos, o Pensamento Nacional das Bases Empresarias (PNBE) e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE). (SARTORE, 2012).

O GIFE é apresentado pela autora como uma Fundação que atua entre as grandes empresas auxiliando na direção das fundações sociais criadas por elas, implementando a ideia do investimento social privado. O PNBE tratava-se de um grupo formado por empresários que outrora participaram da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), buscando uma liderança jovem para debater propostas e resolver a chamada crise de representatividade do empresariado. Em acordo os fundadores acreditavam na independência porque achavam o FIESP muito ligado ao governo.

Com o aumento do setor de serviços nos anos 90, o PNBE se adapta de modo a incorporar pequenos e médios empresários do setor de serviços defendendo uma constituição mais democrática. Com a criação da fundação Abrinq e a defesa pelos direitos da criança e do adolescente sendo de grande importância para a proteção contra o trabalho infantil, um passo importante foi

dado em direção do desenvolvimento da RSE no Brasil. Com interesse na RSE desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos, um grupo dentro da Abrinq passa a estudá-lo. Isto faz surgir a Ethos, mas ainda permanecendo entre si ligados a PNBE e Abrinq. Nesse período nota-se uma distinção entre os empresariados: o empresário socialmente responsável e o empresário tradicional, sem preocupações com questões sociais. (SARTORE, 2012).

A autora (SARTORE, 2012) traz à luz um importante acontecimento que auxiliou na formação de preocupação do desenvolvimento sustentável: a UNCED-92. Através dessa conferência foram abordadas questões que remetem à preocupação de desenvolvimento capaz de amenizar as consequências na natureza que serão sentidas por futuras gerações. Essa inserção do empresário nas questões que dizem respeito ao meio ambiente trouxe a formação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Enquanto isso, paralelamente as ideias com relação às práticas sociais são institucionalizadas, a *governança corporativa* também ganhava força. De um lado o grupo Ethos pregava através da ideia da RSE focar suas ações em públicos interessados e do outro lado a governança corporativa incentivava o bom relacionamento das empresas com acionistas.

Podemos ver a partir daí uma nova distinção de práticas de SE no setor financeiro onde se distinguem entre os empresários paulistas e o *Investimento Socialmente Responsável* (ISR) com fundos de investimentos e a difusão desse mercado está diretamente ligado ao ISE, reunindo empresas de perfil de responsabilidade social representando aquisição de valor de sustentabilidade no mercado financeiro. A autora cita como exemplo o primeiro fundo reconhecido como socialmente responsável que foi o resultado de uma concentração bancária que gerou estratégias para alavancar a imagem do banco como uma entidade preocupada com a sociedade de preservação do meio ambiente: a aquisição do Banco Real pelo Banco ABN AMRO. Juntamente com atores do setor acadêmico, seguem pelo terceiro setor e no ano de 2000, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) cria um programa com o nome de Eco-Finanças com a finalidade de assegurar que os recursos destinados pelas instituições estejam no padrão de sustentabilidade. É citado como exemplo o

treinamento de aproximadamente 1500 funcionários do ABN AMRO Real e tem um peso emblemático porque representa uma ação de uma empresa não governamental conduzida por atores sociais, essa ação conjunta pode ser traduzida como a junção da Responsabilidade Social empresarial com Investimento Socialmente Responsável. Os desenvolvimentos institucionais da área da sustentabilidade e das finanças culminaram para a abertura da área de negócio para o terceiro setor. A autora cita a influência internacional da política da responsabilidade social:

A iniciativa financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) foi lançada em 1991 pelas Nações Unidas em parceria com bancos comerciais. A UNEP-FI tem uma dupla importância para o desenvolvimento do investimento socialmente responsável, na medida em que desenvolve debates internacionais sobre o tema, ao mesmo tempo em que possui um Grupo de Trabalho, em parceria com o *International Finance Corporation*, braço privado do Banco Mundial, com atuação direcionada ao desenvolvimento do sistema financeiro em mercados emergentes. (SARTORE, 2012, p. 458)

Esta evidencia nos permite observar o foco nas relações com o meio ambiente, em seguida, as conferencias inserem o termo sustentabilidade e após isso incorporam a temática de “investimentos” afim trazer a este universo o investimento socialmente responsável. Dentro da área de investimentos, uma atrai o interesse de maneira especial: o “investimento Responsável em mercados Emergentes”. Criado também pelas Nações Unidas, o Programa Pacto global, juntamente com a UNEP-FI, elabora os Princípios para o Investimento Responsável para que englobasse grandes investidores institucionais. O PRI incorpora a ideia de que os critérios das áreas da governança, ambientais e sociais pode impactar positivamente as carteiras de investimento. Com esse referencial, os investidores podem melhor gerir os recursos ao terceiro setor. Para os agentes relacionados a ISR, a adesão do fundo de pensão as práticas de ISR eram fundamentais para o sucesso nacional e internacional. Neste ponto, pode-se finalizar a

análise deste artigo pontuando que “[...] o executivo de uma empresa buscando implementar as práticas de responsabilidade social no dia a dia da empresa, ao mesmo tempo em que deve atender às diferentes exigências de sustentabilidade para a criação de valor para o acionista” (SARTORE, 2012, p. 461).

O artigo “O "ativismo social" empresarial e o seu viés antidissensual” (MAGNO; BARBOSA, 2009), traz uma análise da questão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) uma medida que de supressão política e também de manifestação de discordância. Toda a abordagem dos autores irá ressaltar a importância da participação de organizações como o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), do Instituto Ethos e da Responsabilidade Social contribuindo para a legitimação da RSE como uma produtora de soluções para problemas de cunho social. É adotado no discurso decorrente a postura de desconstrução de um quadro de responsabilização do Estado que o torna o promotor do desenvolvimento social e apontando o próprio cidadão como o responsável pela inércia que o mantém ou não em sua condição de pobreza, evidenciando práticas de engajamento do beneficiado com soluções de problemas.

Diante de um quadro conhecido do crescimento do associativismo no Brasil, encontra-se um país sob uma democracia que não permite qualquer tipo de dissensão de pensamento. Sendo verdade que este ideário está cada vez mais dissoluto através de novos ideais de democracia participativa que pouco a pouco está sendo proposto. Dentro dos padrões da democracia representativa o cidadão se torna um espectador sem poder de decidir politicamente porque muitas das reivindicações feitas aos considerados danos sofridos, não ganham legitimidade diante das normas jurídicas que estabelecem o que é legal ou não. Acompanhando essa lógica, por sua vez deveriam entrar em ação as ONG's com seu caráter de associativismo civil, deveria representar a ação reparadora contra danos causados pelo capitalismo global, mas não age efetivamente porque não existe apoio em nenhuma ação de inserção social sem que vise acesso ao crédito e consumo de algum interessado quando o incentivo dessas ações deveria ser a promoção do exercício da cidadania. Com isso, o Estado não possui aptidão para promover a justiça social e igualdade, entretanto gerencia necessidades identificadas e

carências não sanadas de uma população transformada em números. (MAGNO; BARBOSA, 2009).

A proposta do artigo é analisar o viés antidissensual ações de RSE, compreendendo a lógica do *ativismo social empresarial* como um meio de supressão da política que veicula o dissenso. Os autores supõem que “as ações de RSE estão inscritas no conjunto técnicas de gestão operacionalizadas para o atendimento de necessidades e carências locais, e não para a viabilização de uma condição plena de cidadania, como alardeia o discurso que sustenta essa lógica” (MAGNO; BARBOSA, 2009, p. 327).

Surge no Brasil na década de 1990 um debate sobre o mercado de trabalho e meios de inclusão social dos cidadãos através de estratégias de gestão de RSE, no momento não se tinha dimensão da importância desse tipo de abordagem, pois tratava-se de uma iniciativa onde empresas capitalistas investiam em projetos sem fins lucrativos. Estima-se que hoje há quase unanimidade na adesão de desenvolvimento de algum tipo de ação social por parte de empresas com mais de 500 funcionários (grandes empresas). Um impasse se instaurou a respeito dessa questão nos dias de hoje que é a adesão de muitas empresas meramente para cumprimento da lei. Os autores observam que a partir da década de 1990 o trabalho em conjunto de três Institutos que através de seus esforços obtiveram grandes avanços, onde a GIFE atuou no incentivo da prática de investimento na RSE que beneficiam com investimentos privados projetos ambientais, sociais, de interesse público e sociais; o Instituto Ethos contribuiu com a proposta de ideias de cunho de RSE no mundo empresarial; e finalmente o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) contribuiu com a divulgação do balanço social empresarial.

Magno e Barbosa (2009) ressalta como torna-se notável a maneira como não apenas empresas de grande porte, mas também empresas de médio e pequeno porte e microempresas passam a buscar uma maneira de agregar a sua política o conceito da inclusão social baseadas na RSE, isso por volta desde 1990, quando inicia-se um diálogo a respeito da responsabilidade social dentro do âmbito empresarial. O fator determinante para que empresas pudessem se associar aos Institutos precursores dos projetos de RSE, foi a evidente importância destes, como agentes sociais, capazes de ampliar esse

tipo de trabalho em um mercado onde um Estado em crise perde sua capacidade de investir sozinho em áreas sociais. A RSE passa então a ser o norte para a estratégia de muitas empresas em um mercado cada vez mais competitivo, pois com o aumento da preocupação de interesse social, viram a necessidade de uma readequação nos modelos corporativos das suas empresas. Com isso, o Estado passa a incentivar e regular as ações sociais, o mercado começa a disponibilizar ferramentas para a gestão de recursos e para a avaliação dos projetos, as ONG's se posicionam como atores no mercado representando a sociedade, e então, a parceria entre estes três setores (Estado, Empresa e Sociedade) é vista como crucial para a manutenção de toda a cadeia possibilitando a democracia e o desenvolvimento social.

Através do entendimento dos autores (MAGNO; BARBOSA, 2009), o terceiro setor se compreende em organizações privadas, sem fins lucrativos, com a finalidade coletiva e pública. Através da indagação sobre o ativismo social, vemos que:

Por sua vez, os entusiastas das ações de RSE pegam carona nesse discurso para tentar legitimar a postura de “ativismo social empresarial”, argumentando que, devido à pressão exercida pela “sociedade civil”, as empresas estão sendo obrigadas a assumir posturas socialmente mais responsáveis em relação ao conjunto de seus *stakeholders*. (MAGNO; BARBOSA, 2009, p. 330).

Fica evidente que muitas empresas ainda receosas com a inabilidade ou capacidade de gestão dos recursos ou da própria estrutura organizacional, ainda refreiam investimentos, segundo Magno e Barbosa (2009), surge a necessidade da profissionalização das ONGs. As empresas consideram a transferência dos saberes gerenciais o que define o sucesso do modelo, então o Ethos e o GIFE elaboram cursos que fundamentem ferramentas de gestão que melhor qualifique as ONGs no desenvolvimento de projetos como resposta a compreensão da grande importância de uma adequada gestão dos recursos

captados que serão repassados em forma de ações sociais nas comunidades alvo. Conclui-se que:

A participação e a capacidade de organização dos pobres na apresentação de suas demandas e na produção de soluções para suas necessidades básicas são tidas como uma condição efetiva que pode ser considerada tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo, aproveita-se o potencial combativo e de resistência dos pobres, visando a transformá-los em um “ativo” que lhes faça superar a condição de vulnerabilidade social e, por conseguinte, lhes permita a integração ao mercado e a superação da condição de pobreza. (MAGNO; BARBOSA, 2009, p. 332).

Como exemplo o autor retrata o caso da siderúrgica Acesita, que possuía um quadro de colaboradores diretos de 9000 pessoas, ao ser privatizado tem seu quadro reduzido para um terço, com aproximadamente 3148 colaboradores e 2090 terceirizados. Cabe ser notado que, essa medida de privatização permitiu a criação de empregos de empresas terceirizadas e de uma fundação, associada ao Instituto Ethos e a GIFE para suprir os impactos causados pelo massivo enxugamento do quadro de funcionários, com isso a empresa reviu seu relacionamento com a cidade fortalecendo o trabalho das ONGs ajudando-as a tornarem-se sustentáveis e cooperarem com o poder público na resolução de problemas na comunidade e no Índice de Desenvolvimento Humano da região. (MAGNO; BARBOSA, 2009).

Através dos resultados, a Fundação implanta o programa Vale Cidadania, programa voltado a educação gerencial capacitando os líderes e dirigentes das ONGs com cursos de administração dos recursos, planejamento estratégico e marketing, sendo todos custeados pela Fundação. Percebe-se então pelos autores (MAGNO; BARBOSA, 2009), que essa ação promove a capacidade das ONGs de angariar recursos de outras fontes além da fundação Acesita. Como outro exemplo, também é apresentando o Instituto de Artesãos:

Esse projeto intitula-se “Instituto de Artesãos” e está vinculado ao plano de desenvolvimento da cidade de Timóteo pela via do Instituto do Inox, esse último uma tentativa de incentivar o empreendedorismo e reduzir as consequências do fim da garantia de emprego vitalício típico do período em que a empresa era estatal. Trata-se de um projeto de geração de trabalho e renda que visa à capacitação de pessoas aposentadas para trabalharem como autônomos na produção e comercialização de peças artesanais elaboradas com aço inox. (MAGNO; BARBOSA, 2009, p. 339).

Este projeto tem o caráter de educação sustentável, onde o treinamento também conta com a capacitação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que além da proposta de uma renda adicional às pessoas, este projeto proporciona o incremento na utilização do material produzido: o aço inox. (MAGNO; BARBOSA, 2009).

Diante esses dois exemplos, Magno e Barbosa (2009), finalizam pontuando que em face a essa realidade nota-se um mercado livre de impedimentos causados pelas demandas sociais de teor coletivo, possibilitando enxugar seu quadro de funcionário tornando a empresa preparada para competir no exigente mercado de trabalho sem deixar de assumir seu papel de gerador de recursos para fins sociais que capacitem empreendedores para prosseguir com autonomia.

A leitura de “Maria de Lurdes Costa. Responsabilidade social nas organizações de trabalho: benevolência ou culpa? ”, de Domingos (2007), proporcionou uma reflexão sobre a emergência da temática da responsabilidade social nas organizações, sob um viés do capitalismo como sistema condutor de discursos de busca de um bem comum, mas com conhecidos dilemas e traumas causados através de suas práticas onde o reconhecimento de culpa e consequentes posturas adotadas revelam ainda mais intensões que serão expostas no decorrer deste trabalho.

No atual mundo globalizado, novas definições políticas, culturais, econômicas e sociais movem o mundo como um grande palco revelando realidades diversas, tais como a desigualdade econômica e social entre os povos e essa realidade está encharcada pelo sistema capitalista de produção

da expansão mundial e na atualidade nunca se discutiu tanto sobre uma solução. Surge o Terceiro setor como forma de captação de investimentos vindo de ações empresariais que incorporam a política da empresa a proposta da Responsabilidade Social, fazendo nascer uma nova “ordem social” que possa assumir o papel do Estado enquanto provedor do bem-estar social trilhando um novo caminho que promove um relacionamento entre o cidadão e o governo. resultantes de desequilíbrios econômicos e demográficos entre os países. (DOMINGOS, 2007)

Domingos (2007) traz uma abordagem direta sobre a questão do espaço das empresas com papel social conduzindo a responsabilidade social no presente cenário da globalização. A intenção da autora é de essencialmente entender o relacionamento deste setor produtivo e sua inserção na necessidade de resolver problemas sociais conhecidos. A responsabilidade social insere dois setores nessa discussão: o público representado pelo Estado e o privado representado pelo empresariado. A abordagem sobre a Responsabilidade Social nos permite reconhecer um tripé de dimensão social, econômico e ambiental e falar sobre cada um desses elementos e a maneira com que se relacionam nos remete a quem este tripé escora: o homem e a sua dualidade “construtiva e destrutiva”, resultantes de desequilíbrios econômicos e demográficos entre os países. (DOMINGOS, 2007)

. A discussão decorrente também nos permite refletir sobre o papel da RS que verte duas condições: a de alicerçar a consciência da sociedade para a sustentabilidade e também a remissão da culpa acarretada pelo seu processo produtivo no meio em que se encontra a humanidade em seu entorno.

A Responsabilidade Social também pode ser enxergada como uma proposta empresarial como resposta aos problemas de teor social a que sua gestão está relacionada e pode ser também percebida como uma mudança de postura no que diz respeito ao empresariado. Há um interesse do capitalismo nos problemas de posturas empresariais e suas consequências que leva a autora crer que seja a necessidade de manterem-se estáveis no mercado através de ações socialmente responsáveis expondo a emergência de uma nova postura empresarial.

A desenfreada competição global é um grave problema a ser considerado:

Com a globalização, o mundo adormeceu com o sonho da construção e da paz entre as nações e acordou com o pesadelo da destruição e do aumento dos conflitos batendo à porta de cada habitante do planeta. O mesmo mercado global que homogeneiza os modos de vida e de consumo do mundo espalha imensas frustrações, resultantes de desequilíbrios econômicos e demográficos entre os países. (DOMINGOS, 2007, p. 84)

A autora (DOMINGOS, 2007) define este quadro com a convivência do homem associando a natureza humana com o instinto primitivo dos animais na luta por recursos para a sobrevivência fazendo deles competidores entre si, onde este relacionamento produz o sofrimento que acompanha o homem, que luta contra a ameaça iminente de outro homem contra seu corpo, sua casa, sua família, seu trabalho. A acumulação desleal e a má distribuição dos recursos tornam-se características da globalização desleal a que a sociedade se encontra submetida. Sob esta ótica, estabelecemos um ponto de acordo com a necessidade a incorporação da responsabilidade social corporativa como mecanismo detentor do avanço da globalização e do sistema capitalista de produção. Em um olhar mais apurado, a autora constata a necessidade de ações de responsabilidade social nas estruturas corporativas para condições de trabalho mais humanas e defesa dos direitos desses cidadãos.

A intenção de envolver o empresariado na busca por soluções de problemas pertinentes a natureza sem a queda na produtividade é digno de mérito, o que nos leva o entendimento da necessidade envolver ao empresariado variados segmentos que agirão em favor do cumprimento da responsabilidade social, podemos reconhecer também nesse relacionamento o Estado e as comunidades, em favor do alcance das dissensões social, econômica e ambiental. Olhar para a articulação dessa diversidade e desejar o equilíbrio corresponde a uma nova realidade no mundo capitalista, mas não podemos considerar isso um feito instantâneo, devemos entender que para que chegássemos aqui foi necessário uma série de transformações no modo como o homem se relaciona com a sociedade, devemos olhar para traz e enxergar o traço tradicional da sociedade com seu paternalismo movendo as relações de negócios onde não eram burocráticos, porém com a ascensão do modernismo

clássico, a racionalidade técnica e a ética influenciada pelo protestantismo renderam ao espírito capitalista o teor burocrático. Da racionalidade, vemos o controle do indivíduo e do coletivo de maneira submissa, fazendo do homem objeto controlado pela tecnologia. A evolução torna o homem um ser descartável por outros homens ou máquinas, alimentando a relação social capitalista. (DOMINGOS, 2007)

Através da parceria do Estado, do empresariado e das comunidades atuantes no campo social nota-se a conjugação da responsabilidade social, porém a autora evidencia o poder capital concentrado nas mãos de poucas empresas desde a sobrevivência do mercado a guerra fria. Com um Estado completamente enfraquecido continuamos presos a realidade do poder do capitalismo, gerando uma nova Ordem Global que causou grandes efeitos em vários segmentos, empresas e comunidades por todo mundo, este fato significou a morte do sonho da divisão igualitária das riquezas do mundo.

Hoje a responsabilidade social avança a medida que a gravidade, a complexidade e a relevância dos problemas ambientais e sociais são reconhecidos e ela exige eficiência e velocidade nas resoluções de problemas alvo contando com a participação do setor público e privado. Desta forma, o empresariado coloca-se disponível oferecendo recursos tecnológicos e financeiros que promovam melhoria na vida da sociedade, sendo este um fator que beneficia a própria empresa porque entidades atentas ao balanço social passam a apontar os coadjuvantes da luta contra os problemas existentes.

Assumir seu papel social, segundo a autora, é reconhecer sua culpa perante os problemas resultantes de sua gestão:

Responsabilidade social é uma composição redundante. Ser responsável, do latim *responsabile*, é a qualidade daquele que é responsável, mas é também a obrigação geral de responder pelas conseqüências dos próprios atos ou pelas dos outros. O ser responsável está, portanto, automaticamente ligado ao outro, dá conta de seus atos públicos, assume os efeitos de suas ações e estas são sempre da ordem do social, da alteridade entre o eu e o outro, ou seja, a responsabilidade é sempre social. Portanto, as ações das corporações estão automaticamente inseridas numa responsabilidade social. Mas ser responsável é também ser culpado de algum

crime, ser causador de alguma coisa.” resultantes de desequilíbrios econômicos e demográficos entre os países. (DOMINGOS, 2007, p. 89)

Domingos (2007) finaliza seu estudo definindo a responsabilidade social corporativa como uma tentativa das empresas pagarem suas dívidas com a sociedade. Esse débito com a sociedade, seria por conta por exemplo, da utilização de recursos naturais considerados patrimônio social e a utilização desses recursos configura a questão em que está sendo lesado. Mas essa dívida nunca poderia ser quitada já que o desempenho da empresa é diretamente proporcional a utilização dos recursos extraídos da natureza, sendo assim, ela contrai dívida para com a sociedade alcançada. A atividade das empresas em questão são vias de mão dupla para sociedade porque os mesmos causadores dos malefícios no meio ambiente também são geradores de empregos e responsáveis pela circulação de capital a comunidade, dessa forma a responsabilidade social surge como uma resposta para o sofrimento imposto a essa população vítima do capitalismo e sua produção. Concluindo, a autora trata a lógica da culpa como um propulsor das atividades de responsabilidade social sem deixar de considerar a situação de imersão aos vários agravantes que contrapõe esta solução considerada rarefeita perto dos problemas da sociedade.

E para finalizar a análise de artigos do subtema “Contexto Social”, apresenta-se o artigo “Exclusão social e responsabilidade social empresarial” (ARAUJO; 2006), traz a questão da RSE diante alguns aspectos históricos, orientada a partir da necessidade de atendimento ao sistema capitalista, usada “como uma maneira de converter obstáculos sociais em oportunidade de negócios, usada como estratégia de *marketing* visando singularização no mercado e incremento de consumo” Araujo (2006, p. 417).

Os aspectos históricos apresentados para definir o conceito de RSE baseiam-se muito na definição presente no capítulo 1, a diferença é que Araujo (2006) traz essa definição por meio do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social:

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e promover retorno para os investidores. Araujo (2006 apud Instituto, p. 417).

Mas, Araujo (2006) faz essa abordagem de forma negativa, trazendo essa atividade como forma de reprodução do modelo capitalista, e finaliza mostrando que a RSE é um meio para "reprodução do capital", ou seja, a RSE é teoricamente, mais um meio para a reprodução ampliada do capital, pela ampliação e renovação da manipulação, seja de trabalhadores, seja de consumidores ou comunidades carentes assistidas pelos projetos sociais corporativos, manipulação está adequadamente justificada diante de toda a sociedade através de uma máscara de posicionamento ético e moral por parte da empresa.

4.3 Trabalho

Para elaboração desse subtema, foram selecionados 3 artigos, correspondendo a 21% dos 14 escolhidos para leitura.

O primeiro artigo que será apresentado mostra alguns efeitos das ações obrigatórias de RS, quando não cumpridas pela empresa; Os demais falam sobre a inclusão de pessoas deficientes como práticas de RSE.

Carneiro (2008): "Crítica social e responsabilização empresarial. Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazonia Oriental", traz um estudo de caso realizado na Amazônia Oriental, relatando situações que mostrem a falta de responsabilidade social, mas trata-se de questões obrigatórias, diferentes das práticas que possuem com objetivo beneficiar a sociedade ou funcionários da empresa, como cumprimentos de leis e posições políticas da empresa em questão.

A prática de debates sobre ações de RSE em busca de sua legitimidade tem se tornado cada dia mais presente em nosso meio. São ações que ao serem estudadas revelam muito mais do que uma empresa em busca ser bem aceita pelo mercado, mas também revela problemática de ações necessárias e que nem sempre são reconhecidas ou exercidas. Na análise proposta pelo autor, podemos ver os percalços de empresas siderúrgicas na região de Carajás, situadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás, na Amazônia Oriental, de obter estratégias para legitimar seu trabalho frente a dificuldades encontradas no segmento siderúrgico. (CARNEIRO, 2008).

A seguir será apresentado todo o panorama histórico do desenvolvimento da produção de Ferro Gusa nesta região e será também abordada a questão da existência da mão de obra escrava na produção do carvão vegetal, insumo energético e redutor.

Apesar da evolução da siderurgia no Brasil, a produção siderúrgica através do carvão vegetal continuou sendo utilizada em larga escala e essa produção tinha um sistema produtivo baseado essencialmente em dois tipos de produtores coexistentes, sendo o *produtor integrado* e o *produtor independente*. O produtor integrado produz em uma unidade siderúrgica de maior porte produtos mais elaborados, como por exemplo o aço, enquanto o produtor independente tem por característica apenas a produção exclusivamente de ferro gusa. Na produção integrada nota-se a constante redução do carvão vegetal a medida que o mesmo não acontece com a produção independente. (CARNEIRO, 2008).

O autor aponta que a produção guseira se concentrava em Minas Gerais até o final dos anos de 1980, porém acontecia um grande deslocamento dessa atividade para a região Amazônica Oriental através de programas governamentais de incentivo, onde contava-se com isenção fiscal e subsídios oferecidos pelo governo federal para a criação da infraestrutura com a finalidade de escoamento do minério de ferro da região de Carajás através de uma moderna ferrovia e de um porto em São Luis (MA). Com esse programa de incentivo a implantação de produção de ferro gusa na região de Carajás, muitas empresas se instalaram na região, onde através do incentivo e de isenções fiscais empresas abandonam suas atividades originais para tornar-se produtoras de ferro gusa. É interessante ressaltar também que a escolha das

empresas de se instalarem nessa região se deve a possibilidade fazer uso da mata nativa para se obter o carvão vegetal além da política de incentivo por parte do governo para a implantação desse tipo de empreendimento e ocasionar o desenvolvimento da região. (CARNEIRO, 2008).

Carneiro (2008), fala que fornecimento quase integral de ferro gusa em Carajás é destinado ao mercado exterior onde a maior parcela dessa exportação vai para os Estados Unidos e a menor parcela vai para a União Européia. Um fator determinante na produção guseira é o fato de um único fornecedor de ferro: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que, por se tratar da única fornecedora de ferro, a CVRD tem a capacidade de suspender o fornecimento de insumo produtivo para empresas que não se adequarem a legislação ambiental e trabalhista. Fator relevante que agrega a conduta de uma empresa de estar ou não apta a operar é atividade escrava contemporânea. Com isso a CVRD passa a intervir diretamente na organização econômica das siderúrgicas de Carajás.

Um quadro caótico aos olhos da legislação trabalhista é reconhecido no momento em que começam a se realizar estudos sobre a estrutura da produção de carvão vegetal. Verificou-se o quadro de recrutamento onde a mão de obra caracteriza-se escrava. Através de denúncias feitas por publicações internacionais constata-se grandes irregularidades, entre elas, o trabalho escravo infantil nas carvoarias. Através dessas denúncias internacionais o governo foi forçado a tomar medidas na prevenção contra o trabalho escravo infantil e após as primeiras fiscalizações como medida de supressão do trabalho infantil em carvoarias em 1997, as empresas assinam um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) trabalhista. (CARNEIRO, 2008)

“A repercussão dessas ações (avanço da fiscalização, denúncias com forte apelo midiático, intervenção do ministério público) – associada ao fato de a produção guseira de Carajás possuir como principal destino final um mercado bastante sensível ao tema dos direitos humanos, o mercado norte-americano – colocou a questão da reprodução de formas degradantes de trabalho nas carvoarias numa nova perspectiva.” (CARNEIRO, 2008, p.329)

Frente a esse quadro empresarial relatado sobre a evolução empresarial da região de Carajás podemos analisar o comportamento empresarial que vivem em contraponto das fortes críticas das atividades das mesmas em um terreno onde a legitimidade assume papel central. (CARNEIRO, 2008).

A contribuição desse artigo foi mostrar que toda ação de RS é fundamental, ou seja, a empresa deve assumir a prática de colaborar com a regulação do Estado, mesmo sendo ações de caráter obrigatório pois como visto, caso não sejam cumpridas, geram malefícios para a sociedade, prejudicando o meio social, econômico e educacional. Mas, com o desenvolvimento de ações voltadas a RS, podemos ver empresas assumindo seu papel responsável e colaborando com a regulação do Estado.

O artigo “A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto do Trabalho em Florianópolis” (HAMMES; NUERNBERG, 2015), aborda a contratação de pessoas com deficiência, dentro das empresas, apresentando a questões desse cenário de inclusão/responsabilidade social.

Hammes e Nuernberg (2015) destacam que ao longo do tempo pode ser observado uma contínua mudança do papel da Pessoa com Deficiência (PcD) na sociedade contemporânea, ao darmos um passo para trás temos uma visão panorâmica do que pode chamar de emergência da pessoa com deficiência na sociedade com seu lugar social pouco a pouco mudando em função da Inclusão social. Essa tema é cada dia mais debatido e aceito em diferentes veículos de informações e esferas da sociedade tornando evidente sua importância, modificando a sociedade no qual a PcD está inserido moldando legislações e evidenciando questões como o preconceito enfrentado, herança está de um censo comum que vem sendo carregado pela história, proporcionando a acessibilidade física para que todos tenham o direito de autonomia de ir e vir conforme é garantido pela constituição. Na educação podemos notar também um aumento de matrículas de crianças com algum tipo de deficiência em escolas comuns, além de no mercado de trabalho estarmos vendo um crescente aumento no quadro de contratações para PcD através de políticas de inserção no mercado de trabalho. Esses são alguns dos inúmeros sinais de uma significativa mudança que traz melhorias na qualidade de vida e favorecendo a inserção social do PcD.

A contratação de Pcd está presente na legislação:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.....5%

(BRASIL, 1991)

Este é um importante mecanismo criado para, além de promover a inclusão social do PcD, também remete a realidade os outros colaboradores que passam a fazer parte dessa convivência derrubando barreiras do preconceito desmistificando fragilidades e potencialidades dessas pessoas promovendo a igualdade de chances para o desenvolvimento de seus potenciais. Essa iniciativa aponta uma oportunidade de praticar o desenvolvimento sustentável incluindo todo e qualquer sujeito da sociedade a uma realidade acessível e digna.

O artigo traz a questão de pessoas com deficiência e sua relação com o mercado de trabalho, como foco para diversos assuntos relacionados a RSE, evidenciando sempre a importância da diversidade no ambiente de trabalho que só pode ser obtido através do respeito entre as pessoas e o ambiente, mas este é um grande desafio em grandes gestões de pessoas ao se deparar com a necessidade de lidar com a diversidade, a valorização das diferenças sendo estas de raça, deficiências, etnia e orientação sexual.

Os autores (HAMMES; NUERNBERG, 2015), mostram que o crescimento da incorporação de pessoas “diferentes”, faz disso uma prática cada vez mais constante e presente na política das empresas, e mais tarde foi possível perceber que, com a contratação de pessoas que representam minorias as empresas passaram a influenciar grandes transformações sociais favorecendo autonomia e oferecendo maior acessibilidade das mesmas promovendo a cidadania. Assim, as empresas puderam ter suas imagens alavancadas, se tornando mais conhecidas por conta das contratações realizadas oferecendo a

elas, status onde os consumidores passariam a procurar produtos de empresas conscientes. Mas,

[...] essa não é uma regra para todos os contextos organizacionais, uma vez que muitos resistem à presença de estagiários ou funcionários com deficiência por meio de justificativas que sustentam a impossibilidade da inclusão ou por meio de mecanismos legais que retardam esse processo. (HAMMES; NUERNBERG, 2015, p. 773)

E a justificativa de algumas dessas empresas seria a incompatibilidade física, intelectual ou sensorial para determinadas atividades que possuem um elevado grau de periculosidade conforme as leis e normas para a determinada função exigem. Outros casos analisados exigem um elevado grau de conhecimento por conta do contratado, alegando assim estarem tentando preencher as vagas cumprindo com a determinação da Lei de Cotas. Notamos alguns percalços no tocante da contratação e inserção que se pode compreender no baixo nível de qualificação em função do PcD em função da segregação imposta historicamente, a segregação espacial vivenciada pela falta de acessibilidade no meio urbano e a segregação cultural retratada pelo censo comum sobre a incapacidade dessas pessoas de realizar quaisquer atividades físicas desprezando suas potencialidades. Além do que, surge também a necessidade de uma capacitação específica dado a inexperiência:

[...] visando oferecer um atendimento especializado, bem como orientar e oferecer suporte à equipe de atendentes responsáveis pelo atendimento de PcD, e de empresas contratantes desse público. Com o aquecimento na procura de vagas, tornou-se imprescindível a sensibilização e o treinamento desses funcionários, principalmente para desmistificar a deficiência e qualificá-los para o atendimento livre de barreiras atitudinais que historicamente marcam esse público. (HAMMES; NUERNBERG, 2015, 35, p.774).

Hammes e Nuernberg (2015) mostram também preocupação no relacionamento do empregado e o empregador, não mais a nível legislativo, mas sim a nível interpessoal, o preconceito ainda é um favor que atravanca o

perfeito funcionamento do mecanismo da inserção social do indivíduo com alguma deficiência. Afim de apenas cumprir a legislação, as empresas passam a contratar apenas com a finalidade de preencher as vagas, não se importando com as competências e potencialidades pagando baixos salários. Em alguns casos, empresas passavam a contratar apenas diante de especificidades sem que houvesse flexibilidade na contratação deixando evidente o despreparo dos profissionais de recursos humanos na questão de lidar com os deficientes físicos.

Não apenas o preconceito é uma barreira de impedimento do PcD de conquistar seu espaço no mercado de trabalho, mas a família sem conhecimento de como estimular o familiar com deficiência também acaba colaborando com a supressão do desejo de ascensão profissional e sucesso pessoal. Outro fator comprometedor é o Benefício da Prestação Continuada (BPC) que tem como fundamento uma política nacional de seguridade social garantindo as necessidades básicas à parcela pobre, idosa e deficiente do país. Com o BPC aa PcD acabavam tendo medo de perder este benefício se arriscando em um emprego formal, onde seu salário seria compatível ao benefício fazendo-o deixar de recebe-lo, correndo o risco de vir a ficar desempregado, motivo este que fazia com que o PcD partisse para o mercado informal para poder manter seu benefício auxiliando a renda Bruta. Em face a isso, para incentivar essa migração profissional do informal ao formal foi estabelecido que este benefício não lhes fosse retirado no caso de estarem empregados encorajando-os a buscar uma posição autônoma. (HAMMES; NUERNBERG, 2015).

O artigo é finalizado mostrando que o espaço dentro das empresas para funcionários portadores de deficiência é um sistema em constante adaptação atingindo todas as esferas sociais na tentativa (timidamente positiva) de tornar todo o processo de colocação social de todos os indivíduos. Podemos ver empregadores mudando sua consciência e tornando seus locais de trabalho mais humanos, vemos empregados tendo seus relacionamentos sendo enriquecidos pela diversidade de seu meio profissional e vemos também leis sendo criadas, modificadas e adaptadas para que haja uma dignificação de todo e qualquer indivíduo na sociedade dando ao mesmo o direito de se sentir integrante de uma sociedade em constante mudança.

Em "Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho", de Monteiro et al. (2011), é abordado o tema da inclusão social através da Responsabilidade Social Empresarial focando alguns aspectos relacionados a mudanças e posturas necessárias para que a considerada minoria venha ser beneficiada através dessa política social.

Monteiro et al. (2011) apresenta inicialmente, que a inclusão das minorias no mercado de trabalho é um assunto que é centro de muitas discussões atuais, defendendo que a inclusão tem a capacidade de saltar barreiras de inúmeros contextos os pertencentes as minorias de cada sociedade que podem ser compreendidos como: homoafetivos, pessoas com deficiências, idosos, mulheres, negros, etc.

No estudo analisado, o grupo de estudado é o de PcD, assim como no artigo anterior, apresenta-se que a deficiência trata-se de uma redução ou ausência da função psicológica, fisiológica ou anatômica que acaba por interferir no desempenho de atividades triviais ou não. Pode-se citar cinco tipos diferentes: a deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiência mental e a deficiência múltipla. Importante frisar que, conforme explica o autor, *inclusão* é comumente confundido com integração, mas compreende-se como inclusão a inserção incondicional e total do indivíduo, enquanto integração trata-se de uma inserção parcial ou condicional a situação única de cada indivíduo. (MONTEIRO et al., 2011).

O artigo mostra que independentemente de sua condição, as PcD têm o direito de exercerem uma posição de cidadão no mercado de trabalho, mas algumas condições impostas por mecanismos sociais têm tornado ainda mais difícil a execução desse direito. Referente a isso autores ressaltam:

No entanto, muitos mecanismos sociais contrapõem ou dificultam a efetivação desse direito. Tais mecanismos podem variar de espécie, transvertendo-se em impedimento arquitetônico, comunicacional, institucional, metodológico, programático e atitudinal. (MONTEIRO et al., 2011, p.461)

A falta de informação é denunciada pelos autores (MONTEIRO et al., 2011) como a principal causa da perda de oportunidades de emprego já que,

sem acesso a esse conhecimento, sentem-se excluídos não exercendo os direitos. Sem uma mudança nesses sistemas, a inclusão das PcD no mercado de trabalho torna-se ainda mais difícil.

Conforme Monteiro et al. (2011), a RSE traz o objetivo de não apenas trazer a PcD ao âmbito corporativo encaixando-o em funções compatíveis, mas de instigar o crescimento do tal desenvolvendo e suas habilidades adaptando o ambiente para a execução de atividades antes inacessíveis. Ainda em um contexto mais generalizado, os autores apontam a importância da inclusão social de minorias:

A inclusão tem importância política, cultural, social e econômica, uma vez que a sociedade tem suas estruturas sustentadas pelo trabalho. Todo cidadão, com ou sem deficiência, precisa trabalhar para acessar os bens disponíveis no mundo moderno, bem como apoderar-se da construção da sua sociedade. (MONTEIRO et al., 2011, p.462)

Através de uma metodologia qualitativa, é trazido a este artigo opiniões de cinco gestores de diferentes segmentos de empresas de Governadores Valadares, possuidoras de um quadro de funcionário de mais de 100 pessoas que incorporaram a suas instituições o plano de cotas contratando PcD para compor o seu quadro de funcionários. Através dessas entrevistas, os autores sistematizaram todo o resultado nas diferentes categorias: "*contribuições fornecidas pelo funcionário com deficiência; dificuldades para contratação e manutenção das pessoas com deficiência; treinamentos e qualificações fornecidos pela empresa.*" (MONTEIRO et al., 2011, p.468).

Na categoria 1 (contribuições fornecidas pelo funcionário com deficiência), os autores perceberam que não existe unanimidade no ponto de vista dos gestores na questão do nível de produtividade desses colaboradores.

Na categoria 2 (dificuldades para contratação e manutenção das pessoas com deficiência), os autores identificam alguns critérios elaborando pontos importantes a serem considerados na questão da qualificação profissional deficiente, sendo estas, a busca por interessados em trabalhar, a necessidade nascida da deficiência se relacionando com a tarefa proposta e a

maneira como os gestores se atualizam profissionalmente para receber esses trabalhadores.

Na categoria 3 (treinamentos e qualificações fornecidos pela empresa), através do levantamento realizado pelos autores, chega-se a conclusão de que não existe uma implementação nos programas de treinamentos: “[...] há implementação de programas de treinamento e qualificação específicos para as pessoas com deficiência [...]”(MONTEIRO et al., 2011, p.475).

A proposta promove um ambiente igualitário, mas ao mesmo tempo pode favorecer a exclusão, caso não tenha uma estrutura que visa atender as necessidades exclusivas das PcD, ou a promoção de um treinamento que busque a integração de todos os colaboradores se torna ineficaz. E como citado no subcapítulo "Educação", o pedagogo é o profissional capacitado para buscar recursos metodológicos e cursos adequados para desenvolver a especificidade de cada ambiente de trabalho que vá receber um portador de deficiência.

Finalmente os autores (MONTEIRO et al., 2011) constataam que apesar das dificuldades enfrentadas pelas empresas, seja em um aspecto legislativo ou organizacional, com um estudo indicador que permitiu identificar a necessidade de uma reciclagem da profissionalização de gestores capazes de lidar com o quadro da RSE. (MONTEIRO et al., 2011).

De acordo com a leitura dos artigos escolhidos para análise, compreende-se que a questão da RS, surgiu inicialmente com o intuito de levantar princípios e práticas obrigatórias do âmbito empresarial. Nesse caso, essas ações são primeiramente essenciais para conservação em termos legais da política empresarial, considerando o respeito social, econômico e ambiental.

Quanto ao investimento da RSE em aprimoramento de funcionários, existem vários aspectos positivos que norteiam os critérios para fundamentar essas ações educacionais, já que oferecendo a oportunidade de aprendizagem, os mesmos podem se sentir valorizados por serem alvos de investimentos, aumentando assim o desempenho profissional e a empatia dos funcionários pela empresa. Contudo, é válido ressaltar que, o ganho maior é para os funcionários, que recebem a oportunidade de uma capacitação de caráter formativo e informativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada neste trabalho permitiu visualizar a produção acadêmica a respeito da temática de Responsabilidade Social Empresarial, com ênfase em educação. Foram primeiramente identificados o total de 162 artigos relacionados ao tema, em seguida, selecionados apenas apresentações no idioma português e cuja área correspondia à ciências humanas, posteriormente considerando apenas produções entre o período de 2006 a 2015, apresentando o total de 30 artigos.

Através do levantamento de dados, foi possível perceber que a área de RSE voltada para investimentos educacionais, não está como prioridade das investigações de responsabilidade social, então foi estabelecido três subtemas para análise, para proporcionar melhor entendimento sobre os investimento da RSE, e também auxiliar o diálogo entre questões educacionais.

Após estabelecido os três subtemas: Educação, Contexto Social e Trabalho. Foi necessário seleciona-los mediante a pré-seleção do total de 30 artigos, excluindo as pesquisas que não apresentavam relação nenhuma com um dos quatro subtemas apresentados, chegando por fim, em 13 produções científicas para análise.

Quanto ao período escolhido 2006 – 2015, os anos que apontaram mais publicações sobre a temática percorreu a época de 2009 a 2013, tendo destaque em 2009 com 24 artigos, mas apenas 3 apresentaram ser pertinentes a essa pesquisa, e o ano de 2014, com 25 publicações, sendo 4 relevantes para esse trabalho.

O periódico que trouxe mais artigos sobre a temática foi o Caderno CRH com 6 artigos, equivalendo aproximadamente a 21% do total selecionado. Os periódicos Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior; Educação e Sociedade e Psicologia: Ciência e Profissão, apresentaram cada um, 4 artigos pertinentes para análise, correspondendo cerca de 14% cada. Dos periódicos Ciência e Educação; Interface - Comunicação, Saúde, Educação; Psicologia Escolar e

Educacional e Psicologia em estudo e Revista brasileira de educação especial, foram escolhidos 2 de cada periódico, equivalendo a cerca de 7% da quantidade total de artigos elegidos para análise. Os demais periódicos não apresentaram artigos pertinentes a pesquisa.

O subtema Educação apresenta 5 artigos, correspondendo a cerca de 36% da quantidade total, equivalendo também a mesma quantidade do subtema “Contexto Social”. Um dos objetivos desse estudo era apontar a quantidade de produções acadêmicas na área da RSE, o levantamento de dados mostrou que embora não haja quantidade significativa de estudos com esse tema, a prática mostra que as empresas que decidem investir em RSE, buscam na maioria das vezes beneficiar a sociedade através de projetos ou programas educacionais.

Em “Contexto Social”, obteve-se o total de 5 artigos selecionados, de 36% do número total. Nesses artigos a temática da RS apresenta duas vertentes, uma situa as ações da empresa como forma de atingir o bem coletivo, sendo colocada como responsável no desenvolvimento sustentável e fortalecimento econômico do país, e outra, como tendência de contribuição ao poder capitalismo, camuflando a manutenção das classes de poder.

Quanto ao último subtema “Trabalho”, apenas 3 artigos destacaram-se, equivalendo a 21% das produções escolhidas para análise. Este subtema retratou do investimento em aprimoramento dos funcionários como prática de RSE, mostrando que essas ações trazem benefício tanto para a empresa, como para os próprios funcionários.

De modo geral, os artigos apresentaram argumentos favoráveis e não favoráveis às ações de RSE, pela quantidade de estudos levantados para elaboração deste levantamento bibliográfico, é nítido a necessidade de explorar a fundo essa temática, para entender os efeitos positivos e negativos causados por essas ações.

O âmbito empresarial não deve limitar-se a realizar investimentos econômicos de interesse individuais, mas devem contribuir minimamente com ações socialmente responsáveis e a área da educação, é um campo para tal investimento. As empresas que investem em Responsabilidade Social Empresarial com projetos educacionais, contribuem para a educação não-formal, que tem como objetivo educar fora dos muros da escola, contribuindo para uma formação cidadã, capacitando os indivíduos na percepção de mundo

e proporcionando outros tipos de relações sociais. Porém, não foi possível abordar neste estudo o impacto causado na sociedade pela ação desses projetos educacionais, nem mesmo criar um diálogo sobre como esses projetos são aplicados e avaliados, se tais projetos estão de fato cumprindo com o papel da educação não-formal e sobre quais profissionais realizam essas ações dentro das empresas. É necessário que esses projetos voltados para sociedade sejam minuciosamente avaliados, para que seja averiguado o desenvolvimento e a influência causada no meio social e educacional.

Quanto a atuação do pedagogo dentro do campo educacional em organizações empresariais, defende-se aqui, sua participação em projetos educacionais direcionados para a sociedade, projetos que tem a finalidade de promover através de determinadas ações a educação não-formal. É válido ressaltar que essas ações tem sempre como objetivo promover determinado tipo de conhecimento, sendo assim, o pedagogo é o profissional que é capacitado para essa responsabilidade, já que ao longo de sua formação é habilitado para criar metodologias adequadas para ensinar, educar e comprimir com o objetivo já mencionado, promover o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. **Exclusão social e responsabilidade social empresarial**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, p.417-426, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a20.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

ARAUJO. Cinara Gomes de. **Por que as empresas investem em responsabilidade social?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a18v21n3.pdf>> Acesso em: 29 de Jan de 2015.

BAGNOLO, Carolina Messoria. **Empresariado e ambiente: algumas considerações sobre a educação ambiental no espaço escolar**. Ciência & Educação, Bauru, v. 16, p. 402 – 413, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v16n2/v16n2a09.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2016

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **da Educação**. Brasil, DF, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Lei: Da Habilitação e da Reabilitação Profissional**. Lei de cotas art.93. Braisl, DF, 24 jul. 1991. Seção 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Lei n 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências**. Presidência da República, Brasília. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Acessado dia 19 dez. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>

BRASIL. Pacto Global Rede Brasileira. Onu. **O que é**. 2013. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/o-que-eh>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

BRASIL. Pacto Global Rede Brasileira. Onu. **Os 10 princípios**. 2013.
Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>>.
Acesso em: 01 jan. 2016.

BRASIL. Sebrae Nacional. Sebrae Nacional. **O que é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**: Entenda o que são e como funcionam as OSCIPs e saiba no que elas diferem das ONGs (uma confusão muito comum).. 2016. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CAIXETA, Juliana Eugênia; SOUSA, Maria do Amparo de. Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (abrapee): **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá - Pr, v. 17, p. 133-140, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 mai. 2016.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial. Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazonia Oriental. **Caderno Crh**, Salvador, v. 21, p.323-336, ago. 2008.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200009>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DIAS, Reinaldo. **O conceito de responsabilidade social empresarial**. In:
DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas S.A., 2011. p. 175.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 20, p.581-601, nov. 2015. Disponível em:
<<http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/151176>>. Acesso em: 19 abr. 2016

DOMINGOS, Maria de Lurdes Costa. Responsabilidade social nas organizações de trabalho: benevolência ou culpa? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, p.80-93, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100007>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DPASCHAL. **Leia comigo**. 2010.

File:///C:/Users/Usuario/Downloads/relatorio_sustentabilidade_2010.pdf.

Disponível em: <<http://www.educardpaschoal.org.br/projeto.php?id=4>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

DONALD, S. Jr. 1931. **O que é o liberalismo I**. Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 1995. Disponível em:<<http://www.libertarianismo.org/livros/dsjoqueeliberalismo.pdf>> Acesso em 23 ago. 2016.

ETHOS, Instituto. **Responsabilidade Social Empresarial nas Organizações de Varejo**. Guia Conceitual e Prático. [S.l.]. 2013, p.10.

ETHOS, Instituto. **Missão e Valores**. [S.l.]. [s.n.]. [2000], p. 1. Disponível em: <www.ceset.unicamp.br/~sandro/st774/Ethos.doc> Acessado em 05 jul. 2016.

ETHOS, Instituto . **Como As Empresas Podem (E Devem) Valorizar A Diversidade**. 2000, p.49. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Pro-equidade_de_genero/diversidade.pdf> Acessado em 05 jul. 2016.

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto do Trabalho em Florianópolis: Relato de Experiência no Sistema Nacional de Emprego. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Florianópolis, v. 35, p.768-780, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300768>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ITAU. Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis

intermediárias consolidadas: Demonstrações Contábeis Completas em

IFRS. 2015, p. 68. Disponível em:

<[https://www.italu.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/IFRS31032015_port.pdf?title=Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\) - 1T2015](https://www.italu.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/IFRS31032015_port.pdf?title=Demonstrações%20Contábeis%20Completas%20(IFRS)%20-%201T2015)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GONSALVES, Elisa Pereira. Tipos de Pesquisa segundo a natureza dos dados. In: GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação á pesquisa científica**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 4, p. 69.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. **Congr.**

Intern. Pedagogia Social, São Paulo. mar. 2006. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p.291, ago de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 21 de jan 2016.

MAGNO, Attila; BARBOSA, Silva. O "ativismo social" empresarial e o seu viés antidissensual. **Caderno Crh**, Salvador, v. 22, p.325-343, ago. 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200009>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MONTEIRO, Líbia Gomes et al. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de**

Educação Especial, Marília, v. 17, p.459-480, dez. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000300008>. Acesso em: 22 mar. 2016.

NADAS, Peter. **Responsabilidade social empresarial: a fundamentação na ética e na explicitação de princípios e valores**. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). São Paulo: Saraiva, 2005, p.XIX.

NASCIMENTO, José Mancinelli Lêdo do et al. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (campinas), Campinas, v. 20, p.692-697, nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772015000300685&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 19 mai. 2016.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p.181.

OLIVEIRA. José Artmatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Rev. Adm. Empr.** v.25 Do PPGA/UFRS. Rio de Janeiro, 1984 p. 203-210. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n4/v24n4a30.pdf>> Acesso em : 09 de Fev de 2015.

SARTORE, Marina de Souza. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. **Caderno Crh, Salvador**, v. 25, p.451-464, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n66/05.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SENNETT, Richard. Flexível. In: SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 54.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação & Sociedade: revista de Ciências da Educação**, Campinas, v. 3, p. 779 - 798, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0830108>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Sidney Reinaldo da. Ética pública e formação humana. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, p.645-665, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a02v2796.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SOUZA, Marisa Jacomi de. **A responsabilidade social de empresas privadas como novo elemento na dinâmica democrática do brasil**. 2010. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografias/Marisa Jacomini de Souza.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografias/Marisa_Jacomini_de_Souza.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2016

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Parte I: Revisão da Literatura. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme et al (Org.). **Responsabilidade Social Empresarias: Teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006, p. 11 - 48.

ROMI, Fundação. **CEDIN , Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil**. Disponível em: <<http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/cedin/pagina/2>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ROMI, Fundação. **Fundação Romi Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015**. 2015. P. 2-21 .Disponível em: <http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/galeria_publicacao/Fundacao_Romi_relatorio_e_DFs_31dez2015_v11_final_emitido_27042016144530.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VELOSO, Letícia Helena Medeiros. **Responsabilidade social empresarial: a fundamentação na ética e na explicitação de princípios e valores**. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). Ética e Responsabilidade Social no Negócios. São Paulo: Saraiva, 2005. Cap. 1, p. 6 e 11.